

Ana Beatriz Jorge Lopes

Concepções sobre o Processo de Adopção e da Adopção por Casais Homossexuais

Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade dos Açores para obtenção do grau de Mestre em Psicologia da Educação, Especialidade de Contextos Comunitários.

Orientadores: Professora Doutora Isabel Estrela Rego
Professor Doutor Luís Santos

Ponta Delgada, 2012

Índice de Abreviaturas

APA – American Psychological Association

ATL – Atelier de Tempos Livres

CAT – Centro de Acolhimento Temporário

CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens

IDSA – Instituto para o Desenvolvimento Social dos Açores

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

Índice

Agradecimentos.....	4
Introdução.....	5
Capítulo I: Enquadramento teórico.....	7
1. A adopção.....	8
1.1 A adopção em Portugal.....	9
1.2 Estigma da Adopção.....	9
2. Concepções sobre o processo de adopção.....	11
2.1 A legislação do processo de adopção.....	12
2.2 A adopção enquanto medida de protecção.....	13
2.3 Bloqueios do processo de adopção.....	13
2.4 Soluções práticas para os bloqueios do processo.....	15
2.5 Práticas Profissionais.....	15
2.6 Influência dos Percursos pessoais nas práticas profissionais.....	16
2.7 Percepções da família ideal	17
3. A Homossexualidade.....	20
3.1 Homossexualidade: um desafio?.....	21
3.2 Homossexualidade: um fenómeno biológico e ou social?.....	22
4. Concepções sobre a Adopção de crianças por casais homossexuais.....	28
4.1 Adopção por casais homossexuais.....	29
4.2 Concepções / descrições sobre a adopção por casais homossexuais.....	29
4.3 Reservas/ restrições sobre o desenvolvimento das crianças adoptadas por homossexuais.....	31
4.4 Crianças educadas por Homossexuais Vs Crianças educadas por Heterossexuais.....	32
4.4.1 Desenvolvimento da Identidade sexual	33
4.4.2 Desenvolvimento pessoal	35
4.4.3 Desenvolvimento social.....	36
4.5 Diversidade das famílias homossexuais.....	38
Capítulo II: Metodologia.....	41
2.1 Método.....	42
2.2 Questões Centrais.....	42
2.3 Objectivos.....	42
2.4 Participantes.....	43

2.5 Material.....	43
2.6 Procedimento.....	43
Capítulo III: Análise e Discussão dos dados.....	46
3.1 Percepções sobre as práticas profissionais dos técnicos das Equipas de Adopção dos Açores.....	47
3.1.1 Tarefas que desempenham.....	47
3.1.2 Diversidade/Multiplicidade de tarefas.....	49
3.1.3 Intensidade Emocional, Física e Intelectual no trabalho.....	50
3.1.4 Influência dos Percursos Pessoas nas Práticas Profissionais.....	52
3.2 Percepções sobre o processo de adopção.....	55
3.2.1 Adopção enquanto medida de protecção.....	55
3.2.2 Prioridade de Integração da criança em risco.....	56
3.2.3 Legislação.....	58
3.2.4 Avaliação dos candidatos à adopção.....	60
3.2.5 Selecção de crianças/ lógica de atribuição de uma família.....	62
3.2.6 Penalização para famílias que devolvem crianças.....	63
3.2.7 Preferência na tipologia da família adoptante.....	64
3.2.8 Bloqueios ao processo de adopção.....	65
3.2.9 Soluções práticas para os bloqueios ao processo de adopção.....	67
3.4 Concepções das implicações positivas e negativas da adopção por Casais homossexuais.....	69
3.5 Aceitação da Adopção por casais homossexuais.....	73
Conclusões.....	77
Referências Bibliográficas.....	81
Anexos.....	91

Resumo

A investigação que aqui se apresenta tem como objecto de estudo as concepções de técnicos das equipas do Núcleo de Apoio à Adopção dos Açores acerca do processo de adopção e, em particular, as concepções acerca da adopção por casais homossexuais.

Pretende-se que seja um estudo exploratório, com orientação para a descoberta e que tenha como propósito encontrar conceitos/considerações profissionais acerca da adopção.

Como objectivos principais, o presente estudo visa: (1) identificar, caracterizando, as concepções dos técnicos das equipas acerca do processo de adopção e (2) caracterizar as percepções dos técnicos relativamente à adopção por parte de casais homossexuais, no sentido de captar quais os seus juízos sobre a mesma. As questões centrais do projecto prendem-se com as interrogações: “O que pensam os técnicos sobre a adopção?” e “O que pensam os técnicos sobre a adopção de crianças por casais homossexuais?”.

Após uma revisão da literatura constata-se que, actualmente, este tema é debatido em parlamento para possível alteração da lei. Assim sendo, e relembando a recente aprovação do casamento de pessoas do mesmo sexo em Portugal e o facto de ser biologicamente impossível que casais homossexuais procriem, mas possam vir a reivindicar o direito de educarem crianças, insisto na pertinência que resultados de estudos como o que aqui se pretende realizar possam ter nestes debates.

Participaram neste estudo técnicos açorianos afectos à área da adopção, ou seja, de Equipas de Núcleos de Apoio a Adopção. Quanto à recolha de dados, esta foi feita sob a forma de entrevista em profundidade.

Conclui-se ressaltando a importância do estudo no sentido de captar a opinião dos profissionais que são os elos fundamentais no processo de adopção e os que têm o poder de reunir informações e avaliar os candidatos como capazes ou não de constituírem família para determinada criança, a fim do processo se resolver. Neste sentido, pôde-se constatar que as equipas de adopção dos Açores revelaram ser abertas e positivas quanto à adopção por casais homossexuais, e bastante reflexivas quanto ao trabalho que desempenham, apontando críticas e soluções sobre o mesmo.

Summary

The research proposed here has as its object of study the conceptions held by technical teams about the adoption process and in particular conceptions about adoption by same sex couples.

This research is intended to be an exploratory study, oriented towards discovery and has as purpose to uncover professional conceptions / considerations on the topic.

The study main objectives are: (1) to understand what the representations/ conceptions of the technical team about the adoption process are and (2) to understand how coaches perceive homosexual adoption, in order to capture their judgments about it. The central questions of the project are: "What do technical teams think about adoption?" And "What do technical teams think about adoption of children by homosexual couples?".

A literature review suggests that, currently, this topic is debated in parliament and a change of the law is possible. Therefore, and recalling the recent approval of marriage of people of the same sex in Portugal and the fact that it is biologically impossible for homosexual couples to procreate, they might claim the right to educate children. I insist on the relevance that results of studies such as this one may have.

Participants in this study were Azorean technicians assigned to the area of adoption (i.e teams Supporting Adoption). Data were collected through an in-depth interview.

We conclude excepting the importance of the study in order to capture the view of the professionals who are the key links in the adoption process and those who have the power to gather information and assess candidates as capable or not of a family for a particular child, end of the process work itself out. In this regard, it was noted that the adoption of the Azores teams proved to be open and positive about the adoption by homosexual couples, and quite reflective about the work they do with criticism and solutions on the same.

Agradecimentos

Como este é um trabalho que teve o contributo de diversas pessoas, que de diversas formas contribuíram para o sucesso desta dissertação, gostaria de deixar aqui presente os meus sinceros agradecimentos.

À Orientadora Professora Doutora Isabel Estrela Rego que se mostrou sempre bastante disponível e sempre com bastante interesse pelo tema abordado;

Ao Orientador Professor Doutor Luís Santos que se disponibilizou sempre que necessário;

Ao meu grande amigo André Raposo que sempre prontamente se disponibilizou para me acompanhar, auxiliar e apoiar sempre que precisei;

Aos meus pais, em especial, que permitiram todos os recursos para que realizasse o meu percurso académico e de vida com sucesso.

A todos os meus mais sinceros agradecimentos, pois sem vós todo este percurso não seria possível...

Introdução

O trabalho que aqui se apresenta insere-se no âmbito de uma Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação, com especialização em Contextos Comunitários. Foi orientado pela Professora Doutora Isabel Estrela Rego, da Universidade dos Açores, e pelo Professor Doutor Luís Santos, da Universidade Fernando Pessoa, no Porto, e tem como tema central as concepções sobre o processo de adopção e, em particular, as concepções sobre a adopção por casais homossexuais.

Sabe-se que hoje em dia os lares de acolhimento estão cheios de crianças que, por diversos motivos, tais como negligência, abuso ou abandono são retiradas às famílias. Quando, após peritagem, se verifica que a família não reúne as condições necessárias, a criança tem de ser acolhida numa instituição. Deste modo, periodicamente chegam crianças de todas as idades a uma instituição de acolhimento, quer por falta de capacidades da família, quer por abandono no hospital à nascença, ou por qualquer outro motivo que não permite que a criança permaneça junto da família de origem.

A minha experiência de trabalho numa instituição que acolhe crianças retiradas às famílias levou-me a reflectir sobre a problemática da institucionalização, da adopção e da adopção por casais homossexuais. Verifiquei que por mais condições que uma instituição tenha, que por mais conforto que aí seja oferecido a uma criança, isso não é o mesmo que estar em casa com a família. Existem regras diferentes, a criança é obrigada a viver com um grande número de pessoas, a conviver com gente que entra e sai e desenvolve afectos que podem não ser duradouros devido à permanência diferenciada dos funcionários na instituição. Então agora colocam-se as seguintes questões: deve a variável orientação sexual dos candidatos sobrepor-se a variáveis como as suas capacidades afectivas, comportamentais, emocionais, psicológicas, físicas, sociais e económicas, no processo de selecção dos candidatos à adopção de uma criança? Ou o grande problema que se coloca a estas crianças é o estigma criado pela sociedade?

A adopção por casais homossexuais é um tema que gera bastante controvérsia. Talvez graças ao facto de vivermos numa sociedade, em geral, alicerçada em padrões homofóbicos, pela falta de contacto com situações concretas, por desconhecimento das realidades institucionais, por escassez de debates públicos acerca do tema, por preconceito e por inúmeras razões com que cada qual justifica a sua oposição. Há, ainda, quem não tenha uma posição afirmada quanto a esta questão devido à falta de esclarecimento sobre a mesma.

O facto, recente, de o casamento homossexual ter sido aceite no nosso país vem contribuir para que agora a problemática que se segue para debate público seja, provavelmente, a da homoparentalidade.

Deste modo, considero pertinente aprofundar a concepção dos técnicos das equipas de Adopção, enquanto profissionais especializados nesta temática, sobre todo o processo em si, desde as crianças, os candidatos, as avaliações, os bloqueios, as soluções e também sobre as suas concepções pessoais acerca da adopção de crianças por casais homossexuais, a fim de melhor se perceber as razões pelas quais estes candidatos têm sido excluídos deste processo.

Capítulo I: Enquadramento teórico

1. Adopção

1.1 A adopção em Portugal

A adopção é um processo gradual, que permite a uma pessoa ou um casal criar com uma criança um vínculo semelhante à relação entre pais e filhos. Para haver uma adopção, o candidato ou candidatos têm de ser avaliados e seleccionados pela entidade responsável pelos processos de adopção (Instituto de Segurança Social, I.P, 2010).

Em Portugal existem dois tipos de adopção: a adopção plena, em que a criança se torna filho do adoptante e passa a fazer parte da sua família; deixa de ter relações familiares com a sua família de origem; perde os seus apelidos de origem e adquire os apelidos dos adoptantes; pode, nalgumas situações, mudar o nome próprio (se o adoptante o pedir e o tribunal concordar) (Instituto de Segurança Social, I.P, 2010). Sendo esta definitiva, não pode ser revogada mesmo com acordo entre o adoptante e adoptado. Por seu turno na adopção restrita, a criança mantém todos os direitos e deveres em relação à família de origem (salvas algumas restrições estabelecidas na lei); pode receber apelidos do adoptante, a pedido deste, ficando com um novo nome, mas mantém um ou mais apelidos da família de origem; o adoptado, ou os seus descendentes, e os parentes do adoptante não são herdeiros uns dos outros nem estão reciprocamente obrigados à prestação de alimentos (Instituto de Segurança Social, I.P, 2010). Esta em determinadas circunstâncias pode ser revogada e mais tarde, por decisão judicial, pode ser convertida em adopção plena (Instituto de Segurança Social, I.P, 2010).

No caso da adopção plena, podem adoptar duas pessoas de sexo diferente se forem casadas ou viverem em união de facto há mais de quatro anos e tiverem ambas mais de vinte e cinco anos. Na adopção restrita pessoas com mais de 25 anos e menos de 60 anos, à data em que o menor lhes tenha sido confiado (Instituto de Segurança Social, I.P, 2010, p.5).

Apesar de considerarmos a adopção um acto “heroico”, onde se pode proporcionar a uma criança a dávida de ter uma família, esta decisão pode acarretar também um lado negativo, como a estigmatização destes pais por parte da sociedade, como poderemos ver de seguida.

1.2 Estigma da adopção

Nas sociedades actuais, os laços de parentesco estão muito associados aos laços de sangue (Segalen, 1999 *in* Oliveira, 2011, p.4) e, por isso, as ligações criadas pela adopção, sofrem o estigma de não serem naturais, pois não são fundadas na biologia e genética da família (Strathern, 2002 *in* Oliveira, 2011, p.4).

O estigma criado pelas sociedades inicia-se com questões muito anteriores à adoção, pois a ausência de descendentes numa família é encarada como algo negativo. O casal que, por escolhas pessoais, não quer ter filhos, é visto com reprovação, ou aquele que, por questões biológicas, não consegue gerar uma criança é visto como inferior, e por isso, merecedor de pena (Wegar, 2000 *in* Oliveira, 2011). Ainda na óptica da estigmatização que a adoção pode acarretar, Miall (1987 *in* Oliveira, 2011) no seu estudo, que pretendeu perceber como as mulheres adoptantes inférteis percepcionavam a sua situação e como os outros concebiam a adoção, concluiu que metade das entrevistadas percebia que os outros concebiam os laços resultantes da adoção como sendo diferentes dos laços biológicos, mas que dois terços das entrevistadas acreditavam que os familiares e amigos próximos não viam diferenças. Deste estudo surgiram ainda três grandes tipos de estigmatização associados às famílias incapazes de gerar um filho, sendo estes: as famílias adoptivas são consideradas inferiores, porque o laço biológico é assumido como sendo essencial para a plena ligação filial; o passado genético obscuro dos adoptados é visto com desconfiança, sendo estas crianças assim consideradas de segunda classe; e por não estarem ligados por sangue aos seus filhos, os pais adoptivos são considerados pais inferiores (Miall, 1987 *in* Oliveira, 2011).

O autor concluiu, que as representações da sociedade levam a que algumas mães adoptivas se sintam perturbadas com a ideia de que o seu sentimento de maternidade é inferior. Os resultados deste estudo mostram como a opinião ou crenças da sociedade influenciam de modo incisivo a vida das pessoas, como poderemos comprovar mais adiante nos resultados do estudo que aqui se apresenta.

No entanto, para que um processo de adoção seja concluído são vários os técnicos que trabalham no mesmo, desde assistentes sociais, psicólogos, educadores, magistrados, juízos e advogados. Assim, sendo estes os detentores do poder perante a decisão de se integrar uma criança num contexto potencialmente mais positivo, importa perceber o que estes pensam acerca das práticas que estão envolvidas durante todo o processo.

2. Concepções sobre a adoção

Como neste trabalho se pretende explorar o processo de adopção, achou-se pertinente abordar diversas temáticas como: a legislação da adopção, a adopção enquanto medida de protecção, os bloqueios ao processo de adopção, as soluções para esses bloqueios, as práticas profissionais dos técnicos da adopção, a influência dos percursos pessoais dos técnicos nas suas práticas profissionais e as percepções da família ideal subjacentes à análise dos candidatos a um processo desta natureza. Devido ao facto de haver poucos estudos realizados com técnicos afectos à área da adopção, Oliveira (2008) e Oliveira (2011) foram referências que serviram de base a grande parte desta secção.

2.1 Legislação do processo de adopção

No que se refere à legislação do processo de adopção, pretende-se perceber como esta é percebida pelos técnicos da área.

Oliveira (2008) realizou um estudo que se intitulava “Para além do Sangue. Representações e práticas dos decisores da adopção”, onde entrevistou assistentes sociais, procuradores e juizes e procurou saber se, com a nova lei da adopção, as práticas tinham mudado ou se continuavam estagnadas.

Relativamente à opinião sobre leis e procedimentos, a autora pôde constatar junto das assistentes sociais que algumas referem sentir mudanças nas leis e outras, em número semelhante, referem que as leis são bastante estáticas. Apesar de tudo, a maior parte das entrevistadas refere que por mais que as leis mudem, não se altera a mentalidade de quem as aplica. Os procuradores também dividem a sua opinião entre a estabilidade das leis e a mudança, sendo mais os que referem esta última. Por último, os juizes de direito consideram as leis mais estáveis que os restantes entrevistados.

Quanto à Lei de 2003, última data na qual a lei foi alterada, ninguém referiu que a lei não era boa. No entanto, algumas entrevistadas insistem na cristalização das mentalidades e outras relatam algumas questões que não concordam, como: “falta de previsão de penalização para candidatos que rejeitam crianças e o encurtamento de pré-adopção de um ano para seis meses”. Os procuradores também referem ser uma boa lei, até mesmo uma das mais avançadas e outros apontam algumas falhas. Quase unanimemente, os juizes de direito consideram ser uma lei boa e avançada.

Podemos, desta forma, sugerir que, da mesma forma que a mentalidade da sociedade é um factor que influencia o estigma da adopção, por outro lado, a mentalidade dos técnicos

que trabalham com este processo, também pode ser decisiva no que concerne à interpretação das leis, e por consequente, no resultado do processo.

2.2 Adopção enquanto medida de protecção

É preciso ressaltar, que existem legislações diferentes, tanto para a adopção, como para a protecção de crianças e jovens, e que a adopção é uma medida de protecção aos menores. Se acima, importava perceber a opinião sobre as leis que guiam um processo de adopção, aqui, interessa compreender se os técnicos percebem a adopção como uma medida eficaz para a protecção de uma criança.

Ainda de acordo com o estudo de Oliveira (2008), no que concerne às percepções sobre esta medida, as assistentes sociais manifestaram grande identificação com o seu trabalho, por seu turno, outras acreditaram que não seja a melhor opção, mas a grande maioria considera a adopção como a melhor alternativa à família biológica. Quanto aos procuradores, estes mencionaram que a adopção é uma boa medida; no entanto, alguns referiram que se deve primeiro apostar na família biológica e ainda houve quem afirmasse que a adopção é uma moda. Alguns juizes de direito aclamaram a adopção como uma boa medida de protecção e outros referiram que muitas vezes, antes de se passar a esta medida, é possível recorrer à família alargada. Assim, foi revelador algum pensamento de natureza biológica e do domínio dos laços de sangue. Também o estudo demonstrou que apesar de a adopção ser o campo de intervenção dos entrevistados, muitos deles consideram a medida como última opção. No entanto, também foi considerada um bom meio para quebrar os ciclos de exclusão e garantir família a quem dela necessita.

2.3 Bloqueios ao processo de Adopção

Neste tópico considera-se pertinente analisar o que os técnicos dos serviços de adopção consideram que possam ser factores que afectam a celeridade do processo, ou que coloquem em questão a sua continuidade e conclusão.

No que concerne aos bloqueios à adopção, Oliveira (2008) concluiu que os mais frequentemente apontados pelos seus entrevistados passavam pelas exigências dos candidatos, pela definição dos projectos de vida das crianças, pelos pais biológicos e pela falta de articulação entre serviços. A autora, pôde constatar, que a atribuição dos factores de

bloqueio passaram por causas externas, sem que muitas vezes fosse feita uma auto-reflexão do próprio trabalho.

De acordo com Pedroso e Gomes (2002) ainda existem outros bloqueios a serem apontados, como alguma dificuldade em se sinalizar de forma precoce uma situação de risco, apesar de haver cada vez mais sensibilização às denúncias. Uma vez sinalizada a situação e o processo estar instaurado na CPCJ, os autores mencionam haver algumas dificuldades, quer na capacidade, quer na qualidade de resposta, o que influencia a celeridade do processo, sendo uma das limitações, a falta recursos humanos especializados. Quanto ao tribunal, Pedroso & Gomes (2002, p.198) “consideram haver uma inversão em relação às medidas de protecção e posterior encaminhamento para adopção”. Estes autores ainda referiram que existem magistrados que justificam a adopção como um processo definitivo, e por isso, deverá ser bem ponderado, mesmo que isso implique a permanência da criança durante muito tempo em instituição de acolhimento. A definição tardia do projecto de vida é atribuída às equipas técnicas, pela falta de rigor em cumprir o prazo estipulado na lei, à falta de supervisão da Segurança Social e à falta de controlo do Ministério Público.

Ainda de acordo com os mesmos autores, outro bloqueio que parece ser fulcral para a morosidade do processo prende-se com o corte da família biológica, ou seja, tanto os serviços da Segurança Social, como os tribunais, tentam tudo para esgotar as soluções legais que permitam que a criança não perca o laço biológico. Estas instâncias tentam tudo para que a família participe no processo, não conferindo a devida atenção aos factores de risco (Pederoso e Gomes, 2002). Na mesma ordem de ideias, Bartholet (2005 *in* Oliveira, 2008) exemplifica como nos Estados Unidos da América a interpretação da lei poderia ser ambígua, pois uma das premissas da legislação aferia a “absoluta prioridade de preservação na família, mantendo a criança no seu lar de origem ou, a passagem imediata para a adopção no caso de ser totalmente inviável a continuação da relação com os pais biológicos”, facto que, aos olhos de decisores mais conservadores, apenas ressaltava a preservação da família biológica.

Para Sottomayor (2007 *in* Oliveira, 2008) ainda temos uma cultura que privilegia os pais biológicos colocando-os no centro das decisões judiciais, com a esperança na imagem tradicional de pai e mãe. A mesma autora refere ainda que permanecer no critério de identidade biológica é permanecer numa mentalidade que encara a criança como um objecto, que necessita de necessidades básicas satisfeitas, isto é, casa e alimentação, e que ignora a importância do afecto e da relação emocional para o seu desenvolvimento e felicidade.

2.4 Soluções práticas para os bloqueios ao processo de adoção

No que concerne às soluções para a rápida definição dos projectos de vida Pedroso & Gomes (2002) referem que estes deveriam ser elaborados pelas instituições que acolhem as crianças, por equipas competentes, actualizadas e interdisciplinares. Também afirmar que estes deveriam ser elaborados em conjunto com os tribunais, pois estes em última instância são os responsáveis pelo futuro das crianças.

No entanto, Webber (1998 *in* Oliveira, 2008) aponta algumas soluções que podem evitar alguns bloqueios, sendo estas: recrutar os técnicos mais capazes para trabalhar na adoção, trabalhar na prevenção, cumprir prazos para a recuperação da família biológica, maior rapidez na definição dos projectos de vida, interação constante entre o sector privado e público, dar às crianças o direito de serem ouvidas, publicitar a adoção como qualquer outro produto de modo a banalizar esta nova forma de família perante a opinião pública e pensar em adultos próximos das crianças, mas sem laços de sangue, como possíveis candidatos à adoção.

2.5 Práticas profissionais

Pretende-se aqui perceber qual o papel e as práticas dos técnicos superiores no processo de adoção. Também se pretende analisar como os mesmos percebem o seu trabalho, ao nível da intensidade e multiplicidade de tarefas.

Quanto aos papéis e práticas desempenhados, Webber (1999 *in* Campos & Costa, 2004) refere que os técnicos superiores da adoção têm como dever escolher os “pais ideais” para uma criança, mas não esquecendo que este processo envolve diversos aspectos subjectivos, teóricos, sociais, políticos, parciais e até pessoais. Assim, estes têm como funções seleccionar candidatos, mas também prepará-los para o processo. Esclarecer, informar, formar, educar, conscientizar, desmistificar preconceitos e estereótipos e procurar motivações e desejos são muitos dos objectivos destes técnicos.

Maldonado (1995 *in* Campos & Costa, 2004) na mesma ordem de ideias afirma que os técnicos devem conhecer melhor as pessoas, esclarecê-las e auxiliá-las nas suas dificuldades. Para isso deveriam organizar reuniões de grupo para falar sobre sentimentos, apreensões e expectativas comuns a todos que estão em processo de educar uma criança por via da adoção, ao invés de se centrarem apenas no estudo e análise das condições de vida dos candidatos.

No que diz respeito à percepção das práticas profissionais, o estudo de Oliveira (2008) concluiu que as assistentes sociais mostraram menos preocupação com as suas práticas e que

os magistrados ostentaram mais o seu trabalho intenso e difícil, evidenciando que se preocupam menos com as suas práticas do que com o tempo para as exercer. No entanto, as assistentes sociais referiam ter grande multiplicidade de tarefas e grande intensidade intelectual, emocional e física. Os procuradores mencionaram ter dias longos, de horas seguidas de trabalho e com tarefas muito diversificadas. Por último, os juizes de direito relataram dias longos e atarefados que se estendem para o tempo de descanso. Contudo, tanto os procuradores como as assistentes sociais referiram sentir-se seguros no seu trabalho.

2.6 Influência dos Percursos Pessoais nas práticas profissionais

Quanto à influência dos percursos pessoais no percurso profissional, o estudo de Oliveira (2008) apurou que a maioria afirmou que existe influência dos percursos de vida no modo como encaram a vida profissional. Por exemplo, as mulheres que são mães consideram que a maternidade as tornou mais sensíveis às questões de adopção, e também, que os valores que os seus pais lhes transmitiram foram princípios básicos para exercer a profissão. Os que consideram que essa influência pessoal possa ser menos positiva, à mesma transformam essa experiência como algo positivo, pois consideram que estão mais isentos por conseguirem perceber as suas falhas humanas e preconceitos, tentando que isso não influencie o trabalho. Quanto à influência da formação, os candidatos referiram ter falta de tempo para frequentar formação extra. No entanto, a maioria das assistentes sociais relatou já ter frequentado algum tipo de formação. A autora referiu que das afirmações que recolheu poderia induzir duas interpretações,

1) as assistentes sociais valorizam mais a formação externa enquanto auxiliar da prática e os magistrados são mais autodidatas; 2) a vida profissional dos magistrados, pela sua intensidade, não lhes permite realmente frequentar formações sob pena de atrasar o trabalho, e assim prejudicar a vida pessoal e o tempo de descanso (Oliveira, 2008, p.126).

Quanto à formação inicial da base, os entrevistados de Direito consideraram ser insuficiente e deficitária, e afirmaram que só a formação continuada ou o apoio de um jurista pode colmatar as falhas. Já as assistentes sociais sentiram que a licenciatura lhes deu bastante preparação. Relativamente à influência dos anos de trabalho, a autora verificou que os entrevistados com mais anos de trabalho demonstraram-se mais sensibilizados para as questões inerentes ao seu trabalho, explicando que a experiência é um bom factor para

detectar melhor as situações de perigo e manterem um maior afastamento em relação às chantagens emocionais.

No factor carreira profissional, a autora tentou perceber se havia diversidade nas experiências dos participantes, tendo verificado que todos os entrevistados haviam passado por experiências profissionais muito diversificadas nas áreas de família e crianças e jovens, mas que apenas uma minoria revelou o seu percurso profissional como fundamental para a sua prática diária. Assim, a autora concluiu que os entrevistados têm noção desses tipos de influência e referem não ser meros aplicadores de leis, mas pessoas com vivências e opiniões.

Oliveira (2008) concluiu que apesar de alguns dos participantes tentarem separar as esferas pessoal e profissional, como um imperativo ético-deontológico, a maioria considera esta interferência como mecânica e valoriza-a como positiva.

2.6 Percepções da Família ideal

Sabe-se que ainda hoje em dia, nas nossas sociedades, o modelo de família que impera é o tradicional – com a presença de pai e mãe. Assim, aqui importa perceber, como é percepcionado pelos técnicos, a escolha de uma família para determinada criança.

Além do modelo tradicional de pai e mãe, as representações sociais da família reportam-se ao lado consanguíneo entre os indivíduos e a estes atribuem-se o poder dos laços naturais (Schetini, Amazonas & Dias, 2006). Desta forma, e como já foi referido anteriormente, a adopção constitui-se como algo que não é natural, embora este conceito tenha-se vindo a alterar. No entanto, com as novas configurações de famílias, a adopção torna-se viável em diferentes contextos e sob múltiplas formas. Casais jovens com problemas de infertilidade, casais já com filhos biológicos, casais de meia-idade e pessoas solteiras manifestam o desejo de constituir família através da adopção, e este processo é percepcionado como uma outra forma de constituir família tão satisfatório quanto a filiação biológica. (Schettini, Amazonas & Dias, 2006).

Perante o leque de tipologias de famílias que se podem candidatar ao processo de adopção torna-se pertinente perceber qual a opinião que os técnicos desta área detêm sobre o conceito e referência de família, e se esta influência as suas escolhas aquando da decisão de atribuir a uma criança uma família.

Oliveira (2008), no seu estudo, concluiu que os seus entrevistados referem como famílias ideais, as que têm boas relações familiares, isto é, o bom convívio entre os membros, saber viver o dia-a-dia e haver respeito, assim como o facto de haver trabalho é um factor

importante. No que concerne à tipologia da família, o casal, o casal heterossexual e a recuperação da família biológica, são os eleitos como os melhores modelos. No entanto, constatou que apesar de a maioria dos participantes preferir o casal, alguns destes consideram os singulares, pois acreditam que melhor respondem às necessidades das crianças.

Oliveira (2011) realizou outro estudo em que um dos objectivos teve por base o conhecimento das representações e práticas dos decisores de adopção em Portugal e da sua inclinação para decidir com base em preconceitos familiares. Neste estudo participaram 30 sujeitos afectos à área da adopção, entre os quais, assistentes sociais, magistrados, procuradores e juizes. Os resultados deste estudo, assim como no anterior, revelaram que a maioria dos respondentes prefere o casal, o casal heterossexual e a recuperação da família biológica. No entanto, apesar de existir grande preferência pelo casal como forma perfeita de família, alguns assistentes sociais dividem as suas opiniões com a família monoparental, pois acreditam que este tipo de família responde mais adequadamente às necessidades da criança. Para sustentar esta ideia Relvas e Alarcão (2002) referem que o ponto positivo deste tipo de família é a capacidade de resistência e a luta contra as dificuldades. Cunha (*in* Sá *et al.*, 2005 *in* Oliveira, 2011) narram que os motivos pelos quais os singulares candidatam-se a um processo de adopção podem passar pelo desejo de responder à necessidade da maternidade ou paternidade, por ter contacto com alguma criança pela qual sente uma ligação especial, pelo medo de uma velhice solitária, ou mesmo querendo casar, ainda não encontraram o parceiro ideal para o fazer.

Apesar do estudo de Oliveira (2011) não ter como objectivo explorar a adopção por casais homossexuais, este tema surgiu quando a mesma explorava os tipos de família ideal para educar uma criança. A autora pôde aferir que os magistrados, embora com um discurso mais cuidadoso e acompanhado de uma justificação legal, de não discriminação, surpreendentemente referiram que apesar de existir ainda alguma aversão a este tipo de família, na prática começa-se a privilegiar os afectos. Quanto às assistentes sociais, estas apresentaram maior cautela em aceitar este novo tipo de família. Neste estudo, a autora ainda constatou que do total da amostra, os mais favoráveis à aceitação de família homossexual, e mais tarde à adopção por homossexuais, são aqueles que têm algum contacto com homossexuais assumidos, e por isso, compreendem o desejo destes de constituir família e usufruir dos direitos de igualdade. Quanto aos que não são a favor, pela experiência de trabalho e por darem importância aos afectos, consideraram que este novo tipo de família poderá ser uma solução válida. Nesta questão, o factor com o qual os técnicos se debatem é a aceitação social das crianças adoptadas por homossexuais. Apesar de esta questão não ser das mais importantes no estudo de Oliveira (2011), ela serviu para perceber como o conhecimento

de diversas realidades, a experiência profissional e de vida e o modo como tudo isto é percebido pelo entrevistado são deliberativos para formar as suas opiniões, e até para influenciar as suas decisões.

Pôde-se constatar que apesar de se começar a privilegiar os afectos em detrimento das capacidades físicas e monetárias, existe sempre o receio de que crianças educadas por homossexuais serão sempre vítimas de uma sociedade que não está preparada para esta nova realidade. Entretanto, mais à frente aprofunda-se um pouco as questões da homossexualidade, educação e vivência de crianças em países onde a adopção por casais homossexuais já é legal.

No que diz respeito às diferenças entre a família biológica vs. família adoptante, a família adoptante tem uma conotação positiva, pois os técnicos relataram que as crianças são mais desejadas e mais amadas e realçaram a capacidade dos candidatos em aceitar uma criança cujo passado foi, presumivelmente, recheado de dificuldades e negligências. Ainda narraram que os pais adoptivos tornam-se mais zelosos, pois tentam exercer uma parentalidade ideal. No entanto, foram os magistrados que apontaram algumas diferenças entre estes dois tipos de famílias, pois consideram que a família adoptiva acarreta algumas questões com as quais precisa saber lidar, que não existe numa família biológica, como por exemplo, o passado da criança ou a revelação da adopção (Oliveira, 2011). Na mesma ordem de ideias, Schettini, Amazonas & Dias (2006, p.287) mencionam que as famílias adoptivas têm uma “uma trajetória própria e existem diferenças que precisam ser compreendidas, elaboradas, assumidas e integradas no processo como um todo”, pois os pais adoptivos devem estar conscientes de que a criança um dia teve outros pais e que traz consigo uma história pré-adoptiva que não pode ser negada, assim como, um dia terá de haver o momento da revelação (Schettini, Amazonas & Dias, 2006).

3. A Homossexualidade

Pretende-se iniciar este subcapítulo com uma breve definição do que é a homossexualidade, fazer uma descrição das diferentes abordagens para a explicação do fenómeno, descrever as concepções sobre a adopção homossexual, isto é, os aspectos positivos e negativos implicados nesta questão e um resumo dos resultados de estudos realizados com crianças educadas por ambos tipos de casais, isto é, homossexuais e heterossexuais.

3.1 Homossexualidade: um desafio?

Apesar das nossas sociedades estarem cada vez mais evoluídas, o fenómeno da homossexualidade ainda é um tabu e ainda é um mistério para muitas pessoas. As pessoas geralmente têm medo do desconhecido, e devido às suas mentalidades, por vezes, nem tentam perceber o cerne da questão e ainda desenvolvem comportamentos cépticos e agressivos perante o que se define como “diferente”. Então considera-se pertinente que antes sequer de se pensar na adopção por casais homossexuais, deve haver uma abertura para o próprio fenómeno em si, para a aceitação e percepção do que é a homossexualidade. Por não ser o padrão normativo de relação a que as pessoas estão habituadas, muitas destas referem ser uma doença, uma loucura, uma disfunção, entre outras. Desta forma, considero relevante começar por dar uma breve definição do que é a homossexualidade e explorar um pouco o que se tem estudado na área como sendo o factor originário da homossexualidade, antes de se explorar a questão da educação de crianças por casais homossexuais.

A homossexualidade não pode ser definida de uma forma universal, ou seja, apesar de por vezes coincidir em vários aspectos podemos encontrar definições distintas de diferentes autores. Para Corraze (1992, p.9), a homossexualidade existe quando “uma escolha sexual incide sobre um indivíduo do mesmo sexo que o do próprio indivíduo”. No entanto, a homossexualidade não se refere apenas a um comportamento sexual, mas também às atitudes, sentimentos, preferências e valorizações afectivas que comprometem o indivíduo, assim como acontece na heterossexualidade. Assim, a homossexualidade define-se

não só pela frequência das experiências, pela identidade, mas também pela prática sexual preferida, pelos sentimentos do sujeito, pelo grau de excitação sexual, apreciada a partir de estímulos sexuais, pela sua inserção na comunidade

homossexual, pelo seu reconhecimento como tal pelo meio social (Goode e Haber, 1977 *in* Corraze, 1992, p.10).

3.2 A homossexualidade: um fenómeno biológico e/ou social?

Nossa cultura procura causas (...) seria tão fácil se (a explicação da orientação sexual) se desse na biologia. Vejo isto como muito atraente para as pessoas que não querem ter preconceitos (...) A ciência é nosso Deus, de tal maneira que se a Ciência aprovasse (a homossexualidade), seria como se Deus desse a sua aprovação (Hohenberger, J. *in* Adelman, M., 2000, p.163).

Vários estudos sobre as origens e factores geradores da homossexualidade têm sido efectuados desde os finais do século XIX, ganhando um especial destaque na época da “revolução sexual” vivida nas décadas de 60 e 70 do século XX. O ponto de partida para este tipo de estudos foi, em grande parte, o contributo dos estudos de género, que permitiram correlacionar as distinções entre sexo e género e desvendar alguns mitos e factos acerca da masculinidade e feminilidade. Ressalve-se ainda a ideia de que estes estudos, essencialmente, nos remetem para os conceitos de homossexualidade e de construção identitária.

Entenda-se por homossexual, de acordo com Mesquita & Duarte (1996), aquele cuja preferência sexual incide em indivíduos do mesmo sexo (homens ou mulheres, conforme o caso). Este tipo de preferência, no passado, foi visto pela ciência médica como um vício ou doença, hoje em dia, muitos clínicos e sociedades mais avançadas consideram a homossexualidade apenas como uma preferência ou um tipo de gosto sexual. Esta ideia traz ao de cima a expressão «preferência» sexual, que se relaciona com a sexualidade, e por consequente algo que pode ser, conforme (Almeida, 1995) parte integrante da identidade. Portanto, identidade no contexto sexual, segundo Giddens (*in* Almeida, 1995), prende-se com “o facto de o género ser uma questão de aprendizagem e de «trabalho» contínuos, e não de uma simples extensão da diferença biológica”.

Da citação de Giddens, podemos, logo à partida, pensar também que a homossexualidade é um fenómeno biológico, mas igualmente com uma forte componente social e cultural. Mas, vejamos antes os intensos debates que têm surgido e as posições dos diversos autores e investigadores que se têm debruçado sobre esta temática.

De acordo com Albuquerque (2003, p.362), “só nos últimos 20 ou 30 anos é que se conseguiram realizar estudos objectivos que começaram a esclarecer a causalidade da orientação hetero ou homossexual que ainda decorrem”.

Em 1973 a Associação Psiquiátrica Americana mudou o estatuto homossexual de “doença” para “perturbação” da orientação sexual, o Manual de Diagnóstico e Estatística de Doenças Mentais (DSM- IV-1994), apesar de manter a categoria de “sofrimento persistente face à orientação sexual”, já não considera também a homossexualidade uma doença, e por último, a Organização Mundial de Saúde em 1992, no manual CID-10, abandonou a classificação de doença, mas manteve a categoria de “orientação sexual egodistónica (Albuquerque, 2003).

O austríaco Krafft-Ebing, em 1894, estudou as condições psicológicas e patológicas da vida erótica e revelou o seu ponto de vista relativamente à homossexualidade, considerando-a uma condição congénita, ou seja, inata e própria de certos indivíduos que se confinavam quase sempre a doença e a patologia. Todavia, não desprezava totalmente os factores sociais que conduziam as pessoas a práticas desviantes (Adelman, 2000).

Um pouco antes, entre 1864 e 1879, o alemão Karl Heinrich Ulrichs e grande parte dos sociólogos da época pensavam que a “naturalidade” dos comportamentos homossexuais baseava-se numa inversão sexual, ou seja, na existência de pessoas com corpos masculinos possuidores de um desejo sexual feminino, e vice-versa. Logo defendiam a concepção de que a homossexualidade provinha de alterações biológicas que afectavam a morfologia humana (Adelman, 2000).

Avançando novamente no tempo, Freud, muitas vezes visto como “inimigo” pelos movimentos homossexuais, defendeu que a identidade homossexual não poderia ser entendida simplesmente como o fruto “natural” da reprodução humana. A homossexualidade e a heterossexualidade aprendiam-se durante a fase edípica (Adelman, 2000). Freud (*in* Corraze, 1992, p.103) vai mais longe ao sugerir que “um fortíssimo apego erótico a uma mulher, quase sempre à mãe, apego suscitado e favorecido pela exagerada ternura dessa poderia constituir um dos motivos que propiciariam o desenvolvimento homossexual”.

Pollak (*in* Madlener, & Dinis, 2007, p.55) afirma que “não se nasce homossexual”, mas aprende-se a sê-lo no decorrer das descobertas da vida. Com esta opinião, defende uma perspectiva aprendida e social da homossexualidade.

Dinis (2008) refere uma posição contrária, fundamentalmente biológica, ou até hereditária, ao dizer que “ênfatiza-se cada vez mais a ideia de que o sujeito nasce homossexual ou heterossexual, desculpabilizando-o do comportamento homossexual, já que não seria uma questão de escolha, mas de determinação”. Intervenções como esta, muitas vezes também promovidas pelos meios de comunicação social, têm suscitado imensas investigações genéticas como as que serão observadas mais à frente.

Em 1993, tendo em atenção as considerações de Mesquita & Duarte (1996), surgiu um debate nos Estados Unidos da América e nos países europeus relativo à natureza da homossexualidade, onde o biólogo Dean Hamer sugere que, a partir de estudos efectuados em homossexuais masculinos, a homossexualidade é produto de factores genéticos, mas também ambientais, rejeitando um pouco o carácter hereditário da questão. Entretanto, estudos recentes analisaram o ADN em pares de irmãos, ambos homossexuais, em várias famílias com historial de homossexualidade do lado materno, concluindo a não ocasionalidade do facto de haver recorrência do cromossoma X, herdado por via materna. Estas descobertas foram publicadas na revista *Nature Genetics*, insinuando que um ou mais genes no cromossoma X influencia as preferências homossexuais. Contudo, o mesmo estudo não concluiu a mesma recorrência da configuração genética do cromossoma X no mesmo número de pares de irmãos homossexuais, contribuindo para um ligeiro atraso no estudo da homossexualidade feminina.

Na mesma época, Corraze, (1992, pp.99 -100) diz que “é falacioso opor (...) dois campos de investigação: o da biologia e o do meio. (...) a homossexualidade é um fenómeno heterogéneo, que nem sempre e em toda a parte envolve o mesmo processo de determinação”. E começa então por referenciar vários factores geradores da homossexualidade de diversas naturezas, tais como a influência dos meios familiares, a repartição da homossexualidade nas famílias, tendo em conta a possível existência de hereditariedade, as constituições morfológicas, os mecanismos de inversão sexual e as alterações hormonais. Tudo isto com base em resultados de diversos estudos levados a cabo por investigadores científicos.

Continuando numa óptica de se encontrar uma explicação para o fenómeno da homossexualidade, Albuquerque (2003) descreve as principais teorias explicativas. Estas, no seguimento do que já foi dito anteriormente, são: a Psicanálise, a Aprendizagem Social e as Teorias Bio-genéticas.

No que concerne à Psicanálise, esta refere que a homossexualidade é uma doença ou perversão, isto é, por aversão às mulheres ou por sedução e dependência do pai, reportando-se isto à homossexualidade masculina. No entanto, ressalva-se a ideia de que existem poucos estudos, neste sentido, metodologicamente correctos e as terapias psicanalíticas são morosas e suscitam alguma dúvida quanto à sua eficácia (Albuquerque, 2003).

Quanto à Aprendizagem Social, Master & Johnson (1979 *in* Albuquerque, 2003, p.365) remetem-nos para a ideia de que a homossexualidade resulta de uma serie de reforços desde a infância ate à adultez, com base em estudos realizados em animais em laboratório. A aprendizagem social pondera ainda que a homossexualidade seja originada através da ansiedade, ou seja, a ansiedade sentida em relação ao sexo oposto levaria à procura

compulsiva do mesmo sexo, o que apesar de gerar ansiedade, esta era mais reduzida (Albuquerque, 2003). De acordo com Schwart (1984 *in* Albuquerque, 2003), estas teorias usufruem de bases metodológicas correctas e produzem programas clínicos eficazes, assim como não excluem, mas consideram-se complementares das teorias bio-genéticas.

Por último, as teorias Bio-genéticas consideram a hereditariedade, a bioquímica e as estruturas cerebrais.

Explorando mais um pouco a etiologia da homossexualidade, Albuquerque (2003) avança com a descrição dos factores genéticos e do desenvolvimento psicosexual.

No que respeita aos factores genéticos, alguns estudos foram realizados neste sentido. Whitman (1993 & Bailey, 1993 *in* Albuquerque, 2003) observou que se alguém tiver um gêmeo monozigótico homossexual, a probabilidade de também o ser é de 50-65%, enquanto se for dizigótico é de 20-30%. Para as mulheres, encontraram números semelhantes de 48% para gêmeas homozigóticas e de 16% para dizigóticas. Desta forma, o estudo dos gêmeos aponta para uma forte influência da genética na orientação sexual dos homens e uma mais fraca nas mulheres e, evidentemente, mostram que, para além dos factores genéticos, outros não genéticos também são importantes. Ressalva-se ainda a ideia de que estes estudos, para serem metodologicamente correctos, deveriam ser feitos em gêmeos homozigóticos separados, ou seja, criados à parte, mas estes são difíceis de encontrar em números estatisticamente válidos.

Ainda no campo da genética, outros estudos foram realizados em homens que possuem um cromossoma X extra (Síndrome de Klinefelter) e que, mais frequentemente, são homossexuais. (Albuquerque, 2003). Geneticistas do National Cancer Institute, nos EUA, estiveram mais perto de estabelecer a ligação entre a genética e homossexualidade, pois estudaram 114 famílias de homossexuais (*"pedigree and linkage analyses"*), tendo observado uma maior frequência de homossexualidade nos homens de linha materna, sugerindo a possibilidade de uma transmissão ligada ao sexo. Ainda constataram em 40 famílias, uma correlação entre a orientação sexual e a herança de "marcadores polimórficos" no cromossoma X em 64% dos casos, levando-lhes a findar que pelo menos um subgrupo de homossexuais é influenciado geneticamente. No entanto, o genótipo permanece obscuro sendo pouco provável haver um gene que, por si só, determine a orientação sexual (Albuquerque, 2003).

Especula-se ainda que há a hipótese de haver diferenças da origem genética nos receptores cerebrais das hormonas circulantes. No entanto, não é um dado certo e não será irrealista acreditar que estudos futuros venham comprovar a existência de genes que influenciam a orientação sexual. Caso isto aconteça, espera-se que novas questões sociais

surjam, como por exemplo, a mudança favorável da opinião pública em relação à homossexualidade (Albuquerque, 2003).

Quanto ao desenvolvimento psicosexual diversas hipóteses são avançadas, nomeadamente, no que se refere ao desenvolvimento e estrutura cerebral, assim como, factores hormonais. No entanto, muitas dessas hipóteses não são comprovadas. Green (1987 *in* Albuquerque, 2003) vêm afirmar que, apesar de as pessoas só terem consciência da sua orientação sexual na adolescência ou vida adulta, algumas crianças já apresentam algumas características que podem predizer a sua orientação sexual. Na mesma ordem de ideias, Meyer-Bahlburf (1977 *in* Albuquerque, 2003) afirma que esta associação entre os comportamentos infantis e orientação sexual na vida adulta é possível, visto que os factores que influenciam estes comportamentos são os mesmos, nomeadamente, a diferenciação sexual do cérebro sob a influência das hormonas esteróides das gónadas, sobretudo a testosterona. Entretanto, não existem provas que estes mecanismos hormonais de impregnação do cérebro fetal influenciam a orientação sexual masculina, embora possa ter algum papel na orientação sexual feminina (Ehrhard *et al.*, 1985, Hines e Collaer, 1993 *in* Albuquerque, 2003).

Outros estudos mostram que homens homossexuais tendem a obter resultados em testes de aptidões espaciais análogos aos das mulheres e inferiores aos dos homens heterossexuais. Apontaram ainda que os homossexuais tendem a ter a capacidade de ser ambidestros, o que pode significar que estes têm um funcionamento cerebral menos lateralizado que os heterossexuais, assim como, seja possível que homens e mulheres homossexuais apresentem comportamentos, aptidões e interesses que são pouco típicos do seu sexo (McCormick, 1990 *in* Albuquerque, 2003).

Também há estudos que apontam para uma diferenciação cerebral na zona do hipotálamo, mais especificamente na zona que influencia o comportamento sexual masculino. Naturalmente, um desses núcleos (INAH-3) apresenta-se maior no homem do que na mulher. Um estudo realizado com cérebros de cadáveres homossexuais falecidos com SIDA, em comparação com cérebros heterossexuais também falecidos com Sida e com cérebros de mulheres heterossexuais, concluiu que o núcleo (INAH-3) era, em média, 2-3 vezes maior num homem heterossexual do que nas mulheres e que nos homens homossexuais era do mesmo tamanho do que o das mulheres, ou seja, mais pequeno que o dos homens heterossexuais. Pode-se ainda concluir que os homossexuais não apresentam as mesmas células que os heterossexuais que determinam a atracção pelas mulheres. No entanto, não é possível averiguar se esta alteração no cérebro é de nascença ou resultante do próprio comportamento homossexual (Le Vay, 1991 *in* Albuquerque, 2003).

Um outro estudo demonstrou que a conexão entre os dois hemisférios do cérebro é do mesmo tamanho entre mulheres e homens homossexuais e maior que nos homens heterossexuais, o que vem ao encontro da teoria que os homossexuais têm um funcionamento cerebral menos lateralizado (Allen & Gorski, 1992 *in* Albuquerque, 2003). É de ressaltar que estes estudos apresentam alguns problemas metodológicos e carecem de replicação, pelo que não é possível averiguar o seu significado real.

Conclui-se, assim, que ainda não existe uma teoria que explique a homossexualidade de forma completa. No entanto, Bancroft (1989 *in* Albuquerque, 2003) afirma que para que se cumpra esse objectivo é essencial que se comece a realizar estudos prospectivos e controlados com amostras correspondentes de heterossexuais, que avaliem o indivíduo desde da sua concepção (por exemplo estudos genéticos, nível de hormonas no sangue circulante materno, etc.), passando pelo desenvolvimento psicossocial e psicossocial na infância e na adolescência e cessando com o estudo do comportamento sexual na vida adulta.

Finalmente, e para reflectir, embora não haja ainda certezas acerca dos factores desencadeantes da homossexualidade nos humanos, pode-se concluir, tendo em ponderação os estudos que foram feitos até hoje, que esta é um produto de um misto de factores biológicos, genéticos, sociais e culturais. Mas, imaginando que se tivesse descoberto que a homossexualidade era puramente provocada por factores biológicos e genéticos, seria ético a manipulação genética de indivíduos? E numa situação onde se tivesse descoberto que a homossexualidade era fruto único de influências sociais ou culturais, seria legítimo modificar comportamentos e atitudes? Em ambos os casos, retomaríamos uma visão patológica da homossexualidade? Em caso de confirmação da origem da mesma, será que seriam bem-vindos novos debates e novas ideias? Acabar-se-iam os conflitos e as discriminações? Ou ainda, será que o melhor e mais sensato é deixar que estas questões permaneçam em aberto?

Cabe-nos apenas dizer que é conveniente a promoção da reflexão acerca destas questões, com o intuito de compreender melhor a seriedade deste fenómeno e de promover o bem entre a sociedade.

4. Concepções sobre a adoção de crianças por casais homossexuais

4.1 Adopção por casais homossexuais

Por todo o mundo já são vários os países que permitem a adopção de crianças por casais homossexuais. Como em muitas outras coisas, os Estados Unidos da América foram pioneiros quando em 1986, houve a primeira adopção por um casal de mulheres lésbicas na Califórnia. Desde então são vários os estados que permitem a sua legalização, entre eles: Nova Iorque, Connecticut e Nova Jersey. Na Europa, seguiu-se a Dinamarca em 1999, anos mais tarde em 2001 a Alemanha e a Holanda. Depois em 2002 a Suécia, Western na Austrália e África do Sul, em 2005 a Inglaterra e o País de Gales, em 2006 a Espanha, a Islândia e a Bélgica, em 2008 a Noruega e Israel e por último em 2009 o Uruguai.

Nos Estados Unidos da América já foram realizados estudos, como se poderá ver mais a frente, com crianças adoptadas por casais homossexuais ou filhos de uma relação heterossexual com pais que mais tarde se assumiram homossexuais, em comparação com filhos de heterossexuais, a fim de se perceber se havia diferenças no que concerne ao seu desenvolvimento. Noutros países, como Portugal e Brasil, onde este tipo de adopção ainda não é permitido, alguns estudos (Costa & Perroni, 2008; Araújo; Oliveira; Sousa & Castanha, 2007; Gato, Fontaine & Carneiro, 2010) foram realizados no sentido de se captar quais são as concepções que as pessoas têm em relação a esta temática. Neste sentido, abaixo segue-se uma compilação dos diferentes estudos que tanto abordam as percepções, como as situações reais das crianças criadas por homossexuais possam apresentar.

4.2 Concepções /descrições sobre a adopção por casais homossexuais

Nesta secção descrevem-se as conclusões de estudos realizados nos países onde este tipo de adopção não é legal.

Costa & Perroni (2008), num estudo com 20 psicólogos clínicos, de ambos os sexos, com tempo de experiência entre os 6 e 25 anos e com o objectivo de conhecer como os psicólogos clínicos compreendem os exercícios da parentalidade por casais homossexuais, constatou nos seus resultados que, mais importante do que a orientação sexual dos pais, para um desenvolvimento saudável da criança, é considerar o preparo desse casal para educar os filhos, ou seja, se existe espaço para essa criança em suas vidas, quais os seus valores, carácter, honestidade, quais os seus compromissos com a educação, saúde física e mental da criança; se as relações entre pais e a criança são permeadas por afecto; se existe a autoridade e disciplina dos pais; se estão sendo um modelo positivo para o seu desenvolvimento e se existe transparência na conjugalidade dos pais, sem mentiras ou segredos.

Os autores constataram ainda que os psicólogos consideram que os pais devem estar estruturados emocionalmente, pois passarão por desafios e exigências sociais maiores, ou seja, tanto os pais como a criança vivenciarão preconceitos e devem estar preparados para enfrentá-los. Os Psicólogos mencionaram ainda que o desejo de serem pais e a pré-disposição para a concretização desse ideal pode denotar maturidade emocional, auto-aceitação e desejo de projecto de vida compartilhado, assim esse esforço corajoso de vencer obstáculos pode significar que sabem o que querem e que estão prontos para serem pais; e que a busca de orientação psicológica é um passo significativo para o desenvolvimento saudável da criança, em suas várias dimensões existenciais.

Araújo; Oliveira; Sousa & Castanha (2007), num estudo realizado com 104 universitários, de ambos os sexos, dos cursos de Direito e Psicologia, com o objectivo de analisar e comparar as Representações Sociais de estudantes em fase final do curso de Psicologia e Direito acerca da adopção de crianças por casais homossexuais, constatou que os universitários de Direito e Psicologia maioritariamente demonstraram atitudes contrárias à adopção. No entanto, os universitários de Psicologia expressam-se mais positivos (40%) em relação aos do Direito (29%) num posicionamento favorável à adopção. A maioria dos universitários de Direito e Psicologia deram ênfase à necessidade de Aptidão Psicoafectiva para a adopção, os universitários de Psicologia mencionaram que a adopção por casais homossexuais é algo Anormal (23%) e os universitários de Direito consideram a adopção desnecessária (29%) na sociedade contemporânea.

O estudo realizado por Gato, Fontaine & Carneiro (2010) com 999 estudantes de anos finais de cursos de áreas psicossociais (Psicologia, Medicina, Enfermagem, Sociologia, Direito, Ensino Básico, Educação de Infância e Educação Social), provenientes de diversas instituições do país, com o objectivo de conhecer como estes estudantes compreendem o exercício da parentalidade por casais homossexuais, constataram que a interação da orientação sexual com o estatuto conjugal foi significativa no caso da variável discriminação pelos pares, mas não para a variável preferência sexual. Observaram também que quanto à possibilidade de haver discriminação, estes profissionais têm a concepção de que esta varia, consoante a orientação dos pais, ou seja, é significativamente maior se a criança for adoptada por lésbicas, depois por gays e, finalmente, por heterossexuais. E que estes ainda têm a concepção de que a probabilidade de a criança ser discriminada é maior se as crianças forem adoptadas por um casal do sexo masculino do que por um *gay* solteiro.

Estes dois últimos estudos remetem-nos para a conclusão de que apesar destes estudantes inserirem-se em áreas que poderão estar relacionadas no futuro com esta temática, estes ainda mantêm de certa forma uma mentalidade um pouco fechada à questão.

No entanto, e como podemos constatar em contraste com os psicólogos, o factor experiência poderá ter alguma influência no que se refere à abertura para esta questão, talvez pelos anos de trabalho, pelo contacto com a realidade ou pela maturidade. Abaixo veremos o que os mesmos estudos apontam como o lado negativo deste tipo de adopção.

4.3 Reservas/ restrições sobre o desenvolvimento das crianças adoptadas por homossexuais

Costa & Perroni, (2008), observaram que apesar de alguns psicoterapeutas (30%) aceitarem bem a homossexualidade e a conjugalidade, vêem com reservas a homoparentalidade, sendo estas explicadas com a falta do modelo masculino e feminino. Preocupam-se também como isso será vivenciado e significado pela criança. Assim como, possíveis repercussões que este facto pode acarretar no seu desenvolvimento psicossocial, discriminação pela sociedade e consequente socialização e vida escolar.

Araújo *et al* (2007) observou que os universitários dos dois cursos (Psicologia e Direito) mencionaram que a criança pode sofrer de preconceito nas relações interpessoais. Apontaram ainda a ausência de referencial paterno/materna para a criança. E ambos mencionaram consequências relacionadas com a influência na orientação sexual da criança adoptada por homossexuais. Os finalistas de Direito apontaram consequências relacionadas com o surgimento de problemas morais, já os de Psicologia enfatizaram o surgimento dos distúrbios psicológicos.

Gato, Fontaine & Carneiro (2010), observaram que houve efeito significativo da orientação sexual dos adoptantes na previsão da preferência sexual das crianças, isto é, a probabilidade de estas virem a manifestar uma preferência heterossexual é maior se forem adoptadas por heterossexuais do que por gays. Quanto à possibilidade de discriminação da criança pelos pares, observaram um efeito significativo, quer da orientação sexual, quer da interação desta com o estatuto conjugal, ou seja, as crianças terão maior probabilidade de ser discriminadas se forem adoptadas por pessoas homossexuais e significativamente mais, ainda, se forem adoptadas por lésbicas.

Para concluir deve-se reflectir sobre algumas questões. Os factores “preconceito e estigma da sociedade” não estão na mentalidade humana de aceitar como negativo o que é diferente? O que importa é um lar com amor ou uma criança abandonada e educada em ambientes menos favorecidos? É melhor ter dois pais e duas mães ou não ter nenhum? E nas famílias monoparentais também não existe a falta do modelo masculino e feminino? Por último, dizer que homossexualidade dos pais irá influenciar a orientação sexual dos filhos

também não é um pouco irrealista? Visto que muitos homossexuais têm pais heterossexuais e não foi por isso que seguiram esse caminho...

4.4 Crianças educadas por Homossexuais Vs Crianças educadas por Heterossexuais

Após o resumo de alguns estudos que apontam as concepções das pessoas, situadas em países onde a adopção por casais homossexuais não é legal, veremos abaixo que alguns dos receios e das restrições apontados nem sempre se verificam em crianças educadas por casais homossexuais. Os estudos realizados com estas crianças abordam diversos aspectos do seu desenvolvimento como poderemos ver de seguida.

Biblarz & Savci (2010) elaboraram uma compilação de estudos realizados com Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais e suas famílias. Estes autores constataram que crianças educadas por mães lésbicas apresentam resultados, geralmente semelhantes, em testes com dimensões sobre bem-estar psicológico, relações entre colegas e ajustamento social e comportamental, em relação a crianças educadas por heterossexuais. Para estes resultados contribuíram avaliações de pais e professores em relação aos problemas de comportamento entre os cinco e doze anos (Bos *et al.*, 2007; Gartrell, Deck, Rodas, Peyser, & Banks, 2005; Golombok *et al.*, 2003; MacCallum & Golombok, 2004 *in* Biblarz & Savci, 2010); em relação à qualidade das interações familiares, relação pais-filhos e ajustamento da criança aos oito anos (Perry *et al.*, 2004 *in* Biblarz & Savci, 2010) e em relação ao nível de auto-estima, ansiedade, depressão e sentimentos de aceitação social aos doze anos (Bos *et al.*, 2006; Vanfraussen *et al.*, 2002 *in* Biblarz & Savci, 2010).

Biblarz & Savci (2010) ainda apontaram como significativos os resultados de MacCallum e Golombok, onde incluía a avaliação do desenvolvimento socio-emocional de crianças educadas por lésbicas e heterossexuais, por um psiquiatra que desconhecia estas características nas crianças e constatou que não havia diferenças entre ambas. Assim, verificou-se que aos dez anos as crianças não apresentam diferenças em relação à percepção sobre a aceitação dos pares e no que toca às relações com os mesmos. Noutros estudos (Wainright & Patterson, 2008 *in* Biblarz & Savci, 2010) entre os sete e doze anos, as pesquisas não encontraram diferenças na avaliação da qualidade das relações com os pares, apoio recebido dos amigos, tempo gasto com os amigos, número de amigos e a presença de um melhor amigo. Também não foram encontradas diferenças relativas à depressão na adolescência, auto-estima, contactos com a escola, uso e abuso de álcool, tabaco e drogas e ainda comportamentos delinquentes (Wainright & Patterson, 2006; Wainright, Russell, &

Patterson, 2004 *in* Biblarz & Savci, 2010). Nem relativamente à idade de iniciação da vida sexual e número de parceiros (Davis & Friel, 2001; Wainright *et al.* *in* Biblarz & Savci, 2010).

Biblarz & Savci (2010) também referem que não foram encontrados resultados que indicam que a orientação sexual dos pais é suficientemente forte para influenciar o género das crianças. Fulcher *et al* (2008 *in* Biblarz & Savci, 2010) referem que as preferências de crianças entre os quatro e oito anos de idade por actividades e ocupações tradicionalmente femininas ou masculinas não estão relacionadas com o facto de as famílias serem hetero ou homossexuais. De facto, Fulcher *et al* (2008) encontraram resultados que mostram que o sexo das crianças é mais influenciado pela divisão de tarefas que é feita em casa, isto é, famílias que dividem menos as tarefas de casa consoante o sexo, influenciam menos o sexo da criança. Neste estudo famílias de mães lésbicas, dividiam igualitariamente as tarefas, e por isso, esta poderia ser uma via indirecta pela qual a orientação sexual dos pais possa, de certa forma, influenciar algumas atitudes e comportamentos de género infantis.

Por fim, Biblarz & Savci (2010) mencionam que estudos realizados com filhos adultos de LGTB (Lésbicas, Gays, Transexuais, Bissexuais) concluíram que estes adultos são mais tolerantes e mente-aberta pelo facto de terem crescido em famílias LGTB (Golberg, 2007).

The APA Lesbian, Gay, and Bisexual Concerns Office desde 1975 pretendeu eliminar o estigma associado à parentalidade com pessoas do mesmo sexo. Sendo assim, produziu uma compilação de estudos intitulada de “Lesbian and Gay Parenting” com a colaboração de APA's Committee on Lesbian, Gay, and Bisexual Concerns, com the Society for the Psychological Study of Lesbian, Gay, and Bisexual Issues e com outros grupos da APA que tenham interesse no tema.

Nesta compilação, pôde-se perceber que os três maiores receios associados à educação de crianças com pais homossexuais prendem-se com questões de identidade sexual, desenvolvimento pessoal e relacionamento social.

4.4.1 Desenvolvimento da Identidade Sexual

O primeiro receio refere-se ao facto de os demais acharem que a identidade sexual de crianças educadas por mães lésbicas e pais *gays* será prejudicada, e por isso, estas crianças irão demonstrar distúrbios no que se refere à identificação de género e nos comportamentos de género (Falk, 1989, 1994; Hitchens & Kirkpatrick, 1985; Kleber, Howell, & Tibbits-Kleber, 1986; Patterson *et al.*, 2002; Patterson & Redding, 1996), assim como, também se tornarão lésbicas ou *gays* (Patterson & Redding, 1996; Patterson *et al.*, 2002).

Neste sentido, a identificação com o sexo é descrita como a auto-identificação, como sendo feminino ou masculino, e os comportamentos de género são descritos como as actividades ou ocupações que a cultura identifica como masculino, feminino ou de ambos. A orientação sexual é descrita como a escolha pessoal por parceiros sexuais, que tanto pode ser, homossexual, heterossexual e bissexual (Money & Ehrhardt, 1972; Stein, 1993).

No que se refere à identificação com o sexo, um estudo realizado com crianças entre os cinco e catorze anos de idade, concluiu através da aplicação de testes projectivos e de entrevistas, que as crianças filhas de homossexuais seguem o padrão esperado das restantes crianças (Green, 1978; Green, Mandel, Hotvedt, Gray, & Smith, 1986; Kirkpatrick, Smith & Roy, 1981). Resultados semelhantes foram encontrados, onde as crianças mencionaram que estão felizes com o seu sexo e não desejam ser do género oposto (Golombok, Spencer, & Rutter, 1983).

No que diz respeito aos comportamentos de género, um grande número de estudos revelam que os comportamentos de filhos de mães lésbicas estão dentro dos limites típicos dos papéis sexuais convencionais (Brewaeys *et al.*, 1997; Golombok *et al.*, 1983; Gottman, 1990; Green, 1978; Green *et al.*, 1986; Hoeffler, 1981; Kirkpatrick *et al.*, 1981; Kveskin & Cook, 1982; Patterson, 1994a).

Kirkpatrick *et al* (1981), não encontrou diferenças entre filhos de mães lésbicas vs mães heterossexuais no que se refere a preferências por brinquedos, actividades, interesses e escolhas ocupacionais.

Green *et al* (1986), em entrevistas com cinquenta e seis filhos de mães lésbicas e quarenta e oito filhos de mães heterossexuais, não encontrou diferenças no que respeita a programas de televisão preferidos, personagens televisivos ou brinquedos e jogos. Ainda constatou nas entrevistas que filhos de mães lésbicas têm preferências por actividades na escola e vizinhança menos estereotipadas por género do que filhos de mães heterossexuais.

Um estudo de Green *et al* (1986 in Stacey & Biblarz, 2001) reportou que filhas de mães lésbicas, ao contrário das filhas de mães heterossexuais, tinham o género menos estereotipado consoante as normas culturais, ou seja, vestiam-se, brincavam e comportavam-se de um modo menos característico do padrão feminino e masculino, e tinham interesses por diversos tipos de actividades, quer sejam elas associadas tradicionalmente a cada género; ao invés, das filhas de mães heterossexuais, que optavam ou se identificavam com interesses e actividades que a sociedade impõe como característicos de cada género, isto é, identificavam-se com actividades tipicamente femininas. Por outro lado, os filhos respondiam de uma maneira mais complexa à orientação sexual dos pais. Em escalas que mediam a agressividade e actividades ou jogos preferenciais, os filhos de mães lésbicas comportavam-se de forma

tradicionalmente menos masculina do que os das mães heterossexuais. Contudo, em outras medidas, como por exemplo, objectivos profissionais, eles apresentavam mais conformidade de género do que as filhas, mas não são mais conformados do que os filhos dos heterossexuais. Estes resultados sugerem que a parentalidade lésbica pode ser mais liberal em relação ao género, e por isso, difere dos estilos de género tradicionais. No entanto, os resultados não foram estatisticamente significantes e não foram encontradas diferenças significativas entre os dois tipos de famílias.

Relativamente à orientação sexual um grande número de estudos foi realizado nesta área (Bailey, Bobrow, Wolfe, & Mickach, 1995; Golombok & Tasker, 1996; Green, 1978; Huggins, 1989; Tasker & Golombok, 1997). Todos eles sugerem que a grande maioria dos filhos de mães lésbicas e pais *gays* descreveram-se como heterossexuais.

Huggins (1989) entrevistou trinta e seis adolescentes, metade filhos de mães lésbicas e metade de mães heterossexuais e constatou que nenhum filho de mães lésbicas se identificou como *gay* ou lésbica, mas um filho das mães heterossexuais o fez, no entanto essa diferença pode não ser considerada significativa.

Bailey *et al* (1995) estudou filhos adultos de pais *gays* e constatou que mais de 90% se identificou como heterossexual.

Por último, Golombok & Tasker (1996, 1997), estudaram vinte e cinco jovens adultos educados por mães lésbicas e heterossexuais divorciadas e constataram que filhos de mães lésbicas não são mais propensos a se sentirem atraídos por parceiros do mesmo sexo, do que os de mães heterossexuais. Assim, ter pais menos comprometidos com uma identidade sexual específica pode dar maior liberdade à criança de escolher uma identidade sexual muito diferente da dos seus pais, pode dar alguma predisposição biológica para serem mais livres na sua identificação sexual e o facto de haver alguma fluidez ou ambiguidade na orientação sexual pode transmitir aos filhos maior flexibilidade sexual (Stacey & Biblarz, 2001).

Há que reflectir que se é aceite que a orientação heterossexual dos pais não influencia a orientação sexual dos filhos, e por isso, eles podem ser homo, hétero ou bissexuais, porque se levanta a questão de que filhos de homossexuais têm de ser influenciados de tal maneira que no futuro também sejam homossexuais?

4.4.2 Desenvolvimento Pessoal

Quanto ao segundo receio “aspectos do desenvolvimento pessoal” vários estudos foram realizados com filhos de mães lésbicas e pais *gays* e avaliaram uma diversidade de

características. Entre estas foram avaliadas, separação-indivuação (Steckel, 1985, 1987), avaliações psiquiátricas (Golombok *et al.*, 1983; Kirkpatrick *et al.*, 1981), problemas de comportamento (Brewaeys *et al.*, 1997; Chan, Raboy *et al.*, 1998; Flaks, *et al.*, 1995; Gartrell, Deck, Rodas, Peyser, & Banks, 2005; Golombok *et al.*, 1983, 1997; Patterson, 1994a; Tasker & Golombok, 1995, 1997; Wainright *et al.*, 2004), personalidade (Gottman, 1990; Tasker & Golombok, 1995, 1997), auto-conceito (Golombok, Tasker, & Murray, 1997; Gottman, 1990, Huggins, 1989; Patterson, 1994a; Puryear, 1983; Wainright *et al.*, 2004), locus controle (Puryear, 1983; Rees, 1979), juízos morais (Rees, 1979), ajuste escolar (Wainright *et al.*, 2004), e inteligência (Green *et al.*, 1986) e as pesquisas sugerem que preocupações acerca de dificuldades que possam surgir nestas áreas são injustificáveis (Patterson, 1997, 2000; Parks, 1998; Perrin, 1998, 2002; Stacey & Biblarz, 2001; Tasker, 1999).

Apesar de haver argumentos de que a saúde mental destas crianças pode ser prejudicada, muitos estudos referem que não há diferenças significativas entre filhos de mães lésbicas e mães heterossexuais no que respeita à autoestima, depressão e ajustes psicológicos e sociais (Stacey & Biblarz, 2001). Os estudos apontam que possa haver diferença entre os filhos de pais *gays* e mães lésbicas quanto ao facto de terem de enfrentar algumas situações homofóbicas. No entanto, (Tasker & Golombok (1997), Bozett (1989) e Mitchell (1998) *in* Stacey & Biblarz, 2001) concluíram que estas crianças exibiram impressionantes forças psicológicas. Também findaram que não houve nenhuma relação entre a orientação sexual dos pais e as habilidades cognitivas das crianças e bem-estar psicológico (Stacey & Biblarz, 2001).

4.4.3 Desenvolvimento Social

No que se refere ao terceiro receio “relacionamentos sociais”, vários estudos foram realizados com crianças filhas de mães lésbicas e pais *gays*, em comparação, com filhos de pais heterossexuais e avaliaram as relações sociais das crianças. Os resultados destes estudos sugeriram padrões típicos desenvolvimento nas relações entre pares, isto é, como esperado, crianças da mesma idade relatam ter os melhores amigos do mesmo sexo e predominantemente o grupo de pares também do mesmo sexo (Golombok *et al.*, 1983, Green, 1978, Patterson, 1994a). Também a qualidade das relações sociais foram descritas num sentido positivo, quer pelas crianças, quer por suas mães (Golombok *et al.*, 1983, Green *et al.*, 1986; Golombok *et al.*, 1997).

Estudos realizados com adultos filhos de pais homossexuais também obtiveram resultados positivos (Brewaeys *et al.*, 1997; Golombok *et al.*, 1983; Harris & Turner, 1985/86;

Kirkpatrick *et al.*, 1981; Wainright *et al.*, 2004), isto é, as relações entre pais e filhos descreveram-se como quentes e carinhosas, quer fossem com pais do mesmo sexo ou com sexos opostos (Wainring *et al.*, 2004).

Stacey & Biblarz (2001) referem que pais homossexuais tiveram níveis tão altos como os heterossexuais no que se refere aos estilos parentais e investimento na criança. Níveis de aproximação e qualidade da relação pais/filhos não são diferenciados pela orientação sexual, ou seja, os estudos revelam que a orientação sexual, só por si, não tem efeito na qualidade das relações familiares, na saúde mental e no ajuste social. Os resultados ainda sugerem, que apesar das crianças sofrerem algum estigma, os comportamentos das mesmas mostram a presença de um processo compensatório por parte da família para ajudar a criança a lidar com este tipo de situações.

Wardle (1997 *in* Stacey & Biblarz, 2001) mencionou que as mulheres lésbicas, devido à sua orientação sexual, já sofreram algumas dificuldades psicológicas e, por isso, possuem recursos psicológicos muito positivos. Assim sendo, prevê-se que elas tenham boas estratégias de *coping* para transmitir aos filhos.

Outros estudos focaram-se nas relações com outros membros da família, isto é, família alargada, e então concluíram que a maioria das crianças de mães lésbicas contacta com regularidade os avós (Patterson *et al.*, 1998) e que não há diferenças na frequência dos contactos com os avós, em função da orientação sexual dos pais (Fulcher *et al.*, 2002).

Gartrell e seus colegas (2000) relataram que os avós reconhecem os filhos das suas filhas lésbicas como netos e que as relações intergeracionais são muito satisfatórias, ao contrário das crenças populares.

Por último, ainda existe o medo ou crença de que os filhos de pais homossexuais são mais provavelmente abusados sexualmente do que os filhos de heterossexuais. Entretanto, estudos realizados nesta área indicam que a maioria das pessoas que pratica este tipo de abuso é adulto do sexo masculino e que crianças abusadas por mulheres adultas é extremamente raro (Finkelhor & Russell, 1984; Jones & McFarlane, 1980; Sarafino, 1979). Mais ainda, a grande maioria dos abusos envolve um homem adulto e uma adolescente (Jenny, Roesler, & Poyer, 1994; Jones & McFarlane, 1980). Evidências ainda demonstram que os homens *gays* não são mais propensos que os heterossexuais a praticar este tipo de abuso (Groth & Birnbaum, 1978; Jenny *et al.*, 1994; Sarafino, 1979). Um estudo longitudinal realizado com mães lésbicas provou que nenhuma delas abusou dos seus filhos (Gartrell *et al.*, 2005). Assim concluiu-se que este tipo de crença acerca da parentalidade homossexual não tem fundamentos na literatura.

Desta forma, conclui-se que os estudos indicam que filhos de pais homossexuais têm relações sociais positivas e satisfatórias, quer com os seus pares, quer com adultos de ambos os sexos, assim como, relações satisfatórias com as suas famílias alargadas, e os medos de abuso sexual por parte dos pais homossexuais não têm fundamento.

4.5 Diversidade das famílias homossexuais

É importante esclarecer que as famílias homossexuais podem apresentar algumas heterogeneidades em relação à parentalidade, ou seja, os filhos podem ser adoptados ou serem provenientes de um casamento heterossexual, em que a dada altura um dos progenitores se assume como homossexual e inicia uma relação no mesmo sentido. Desta forma, pais e filhos destes dois tipos de família experienciam as realidades de maneiras diferentes (Wright, 1998). Nesta área, os estudos abordam o impacto psicológico, o estatuto da relação e a influência de outros factores de *stress* ou de suporte.

O estudo de Huggins (1989) concluiu que a autoestima de filhas de mães lésbicas, cujas mães viviam com uma parceira era superior à autoestima das filhas em que as mães não partilhavam a vida com uma parceira. Em famílias de casais lésbicos, onde uma das mães era biológica, o envolvimento nas tomadas de decisão das tarefas domésticas não diferiam de uma para a outra. No entanto, as mães biológicas relataram passar mais tempo no cuidado das crianças, enquanto as não-biológicas relataram empenhar-se mais num trabalho remunerado. Entretanto, em famílias que dividiam as tarefas uniformemente, os pais referiam sentir-se mais satisfeitos e os filhos mais ajustados (Patterson, 1995a). Contudo, estudos mais recentes indicaram que diferenças entre mães biológicas e não-biológicas nem sempre eram significativas e que a associação parental entre a divisão de trabalho e dos cuidados da criança não é sempre replicado (Chan *et al.*, 1998a; Johnson & O'Connor, 2002).

Chan e colegas (1998b) referiram que tanto em casais homo ou heterossexuais, os filhos apresentam menos problemas de comportamento quando os pais experienciam menos *stress*, menos conflitos e sentem maior amor um pelo outro. Do mesmo modo, quando a qualidade das relações entre pais e seus filhos adolescentes é maior, os filhos apresentam menos sintomas de depressão e menos problemas na escola, funcionando este factor também para ambos os tipos de casais (Wainright *et al.*, 2004).

Como já se pôde constatar o facto de crianças serem educadas por casais homossexuais, não interfere no desenvolvimento destas em relação a outras educadas por heterossexuais. No entanto, o problema que se pode colocar reside na mentalidade das

sociedades em que estas crianças estão inseridas, e são assim, os outros que poderão ser o real problema.

Outro factor na diversidade das famílias em que um pai é *gay* ou uma mãe é lésbica, diz respeito ao grau de aceitação de pessoas significativas para a crianças. Huggins (1989) encontrou evidências de que crianças, cujo pai ou mãe, não aceitou a identidade homossexual do parceiro, tinham uma autoestima baixa, em relação a crianças cujos pais tinham aceitado o facto. No entanto, devido à amostra desse estudo ser pequena, este resultado não pode ser generalizável.

Gershon, Tschann & Jemerin (1999) estudaram a percepção do estigma, a autoestima e as estratégias de *coping* em adolescentes educados por mães lésbicas. Entrevistaram 76 adolescentes, com idades compreendidas entre os 11 e 18 anos e examinaram o impacto dos factores sociais na autoestima. Os participantes eram filhos de uma mãe que se identificava como lésbica e filhos de uma mãe com um casamento heterossexual. Eles encontraram resultados que descreviam que filhos de mães lésbicas tinham uma autoestima mais baixa em cinco áreas, como, aceitação social, autoestima, conduta comportamental, aparência física e amizades. No entanto, eles lançaram a hipótese de que o facto destes adolescentes terem várias estratégias de *coping*, estas aligeiravam a relação entre o estigma e a autoestima. Contudo, mesmo com elevados níveis de percepção do estigma, os adolescentes com maior tomada de decisão, tinham mais autoestima na conduta comportamental.

Gartrell e colegas (2005) estudaram crianças de dez anos de idade que nasceram de mães lésbicas e concluíram que estas experienciavam raiva, tristeza e irritação perante atitudes homofóbicas por parte dos colegas. Assim como, as mães destas crianças tenderiam a descrever-lhes com alguns problemas de comportamento. No entanto, eles sugerem que estas crianças podem se sentir melhor em ambientes de apoio. Contudo, os autores salientam o tamanho da amostra e a ausência de fontes externas à família, o que induz que estes resultados possam ser sugestivos e não definitivos.

Outro tópico abordado na diversidade das famílias é o efeito da idade em que as crianças percebem a sexualidade dos pais. Huggins (1989) relatou que crianças que sabiam da sexualidade dos pais durante a infância tinham maior autoestima do que aquelas que sabiam durante a adolescência. Pois, de acordo com (Bozett, 1980; Pennington, 1987; Schulenberg, 1985), os adolescentes também estão preocupados com a sua própria sexualidade, e por isso, torna-se complicado ou confuso perceber que um pai é *gay* ou uma mãe é lésbica.

No estudo de Barrett & Tasker (2001) concluiu-se que os adolescentes com pais homossexuais tinham dificuldade, ou não relatavam aos seus amigos heterossexuais que

tinham pais homossexuais. Por outro lado, no estudo de Gartrell e colegas (2005) os meninos de dez anos eram mais abertos a falar com os seus pares acerca das suas famílias.

De acordo com Bos & Van Balen (2008; Vanfraussen *et al.*, 2002 *in* Biblarz & Savci, 2010) estudos realizados na Holanda e Bélgica referem que crianças com mães lésbicas, mais provavelmente, são vítimas de homofobia acerca da sua constituição familiar ou da própria sexualidade, por vezes sobre a forma de exclusão e comentários dos pares, do que crianças educadas por heterossexuais. Assim como, Gartrell *et al.*, (2005, 2006 *in* Biblarz & Savci, 2010) nos EUA concluiu que 43% de crianças com dez anos experienciou provocações e ridicularizações em relação à orientação sexual das mães. Contudo no Reino Unido, Rivers, Poteat & Noret (2008 *in* Biblarz & Savci, 2010) não encontrou diferenças em relação a actos de *bullyng* ou vitimização nos adolescentes cuja orientação sexual dos pais era diferente.

Dos muitos estudos que existem com filhos de mães lésbicas, estes sugerem que as crianças se sentem melhores quando as mães têm uma boa saúde psicológica e partilham a vida e a educação dos filhos com uma companheira. As crianças lidam melhor com questões relacionadas com a sexualidade dos pais, se estas conceberem esta homossexualidade parental durante a infância, em vez do início da adolescência. Também o ambiente em que a criança se insere é importante, ou seja, se houver outras pessoas significativas para a criança que aceitam a homossexualidade do casal, mais facilmente a criança lida com estas questões. No entanto, todos estes dados não devem ser encarados como definitivos, mas como sugestivos (Lesbian & gay parenting)

Em jeito de conclusão, não existem evidências de que pais *gays* ou mães lésbicas não sejam capazes de educar uma criança, nem que o desenvolvimento psicossocial da criança esteja comprometido em relação aos filhos de casais heterossexuais, ou que estejam em desvantagem. Existem, sim, evidências que sugerem que os ambientes domésticos promovidos por homossexuais são tão saudáveis quanto os dos heterossexuais e permitem o apoio e crescimento saudável das crianças (Lesbian & gay parenting).

Capitulo II: Metodologia

2.1 Método

Neste trabalho a metodologia utilizada foi de carácter qualitativo, pois tinha como intenção perceber o que realmente os técnicos pensam sobre o trabalho que desempenham, sobre a temática na qual a sua profissão incide, e mais especificamente, qual as suas opiniões e crenças acerca da adopção por casais homossexuais. Assim, de acordo com Mucchielli (1991, *cit. in* Holanda, 2006, pp. 363-364),

Os métodos qualitativos são métodos das ciências humanas que pesquisam, explicitam, analisam, fenômenos (visíveis ou ocultos). Esses fenômenos, por essência, não são passíveis de serem medidos (uma crença, uma representação, um estilo pessoal de relação com o outro, uma estratégia face a um problema, um procedimento de decisão...), eles possuem as características específicas dos “fatos humanos”. O estudo desses fatos humanos se realiza com as técnicas de pesquisa e análise que, escapando a toda codificação e programação sistemáticas, repousam essencialmente sobre a presença humana e a capacidade de empatia, de uma parte, e sobre a inteligência indutiva e generalizante, de outra parte.

A partir desta consideração, poder-se-á dizer que esta investigação é essencialmente de segunda ordem, mais orientada para a descoberta, visto que o seu objecto de estudo, as percepções, é complexo e subjectivo. Para tal, efectuaram-se extensas e diversas leituras sobre o tema e, após a compilação das mesmas, foi possível definir o público-alvo, as questões da investigação e os seus objectivos, e por último, elaborar um guião de entrevista que serviu de orientação para toda a investigação. Optou-se assim por esse método qualitativo e exaustivo para se recolher o máximo de informação que nos pudesse esclarecer as questões de partida.

2.2 Questões Centrais

- (1) “O que pensam os técnicos sobre a adopção?”
- (2) “O que pensam os técnicos sobre a adopção de crianças por casais homossexuais?”

2.3 Objectivos

- (1) Identificar, caracterizando, as concepções dos técnicos da equipa acerca do processo de adopção;

(2) Aferir as percepções dos técnicos relativamente à adopção homossexual, no sentido de captar quais os seus juízos de avaliação sobre a mesma.

2.4 Participantes

Neste estudo participaram oito técnicos superiores das equipas do Núcleo de Apoio à Adopção do Instituto para o Desenvolvimento Social dos Açores (IDSA) das ilhas de São Miguel, Terceira e Faial. Sete dos participantes foram do sexo feminino e um do sexo masculino. Destes técnicos quatro são psicólogos, três são assistentes sociais e um educador da infância, com idades compreendidas entre os 30 e 49 anos de idade.

2.5 Material

Foram utilizados os seguintes materiais: Portátil Toshiba; Programa “Nero” para gravação da entrevista; Programa “Express Scribe” para transcrição da entrevista; a Tabela de Especificações que se qualifica como um dispositivo de regulamentação da correspondência ou ajustamento das instâncias conceptual e substantiva que permite investir na delimitação do objecto de estudo e na construção de instrumentos de produção de dados, como o guião de entrevista (Anexo 1); o Guião de Entrevista que foi elaborado com questões abertas e direccionadas, permitindo realizar uma entrevista semi-dirigida onde o entrevistador orientou, mas deu espaço de manobra ao entrevistado, adaptando os conteúdos que este foi introduzindo (Anexo 2) e Tabela de Análise de Conteúdo que de acordo com a tabela de especificações, permitiu encaixar as respostas dos entrevistados nas suas devidas categorias e permitiu a inserção de novas categorias, consoante as respostas fornecidas pelos participantes (Anexo 3).

2.6 Procedimento

Inicialmente procedeu-se ao primeiro contacto com a equipa de Ponta Delgada do Núcleo de Apoio à Adopção, a fim de se perceber quais eram as instituições que eram afectas a esta temática. Neste informaram que apenas as equipas do Núcleo de Apoio à Adopção é que eram responsáveis pela adopção e que estas estavam situadas em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta e que se quisesse prosseguir com o estudo teria de pedir uma autorização à

Senhora Presidente do Conselho Directivo do Instituto para o Desenvolvimento dos Açores (IDSA).

Após uma intensa revisão bibliográfica em artigos e livros nacionais e estrangeiros para se perceber qual o estado da arte no tema em questão, procedeu-se à construção de uma tabela de especificações com o objectivo de se elaborar o guião da entrevista.

Posteriormente, o segundo contacto com a equipa técnica de Ponta Delgada foi realizado pela orientadora do presente trabalho, Senhora Professora Doutora Isabel Estrela Rego, com o intuito de perceber se as equipas estavam disponíveis e para onde era dirigido o pedido de autorização. Mais tarde elaborou-se um pedido de autorização (Anexo 4) e enviou-se sob correio registado para Angra do Heroísmo para a Presidente do IDSA. Duas semanas após a resposta ao pedido chegou com autorização para se prosseguir com o estudo.

Entretanto procedeu-se à validação do Guião da entrevista com duas técnicas superiores, nomeadamente uma Psicóloga e uma Assistente Social, de um lar de acolhimento de crianças e jovens em risco, e de acordo com as suas propostas, introduziram-se novas questões.

De seguida, efectuou-se o contacto telefónico com as equipas de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta para se agendar as entrevistas.

De acordo com as datas agendadas, nomeadamente durante o mês de Junho e Julho de 2012, realizou-se a recolha dos dados sobre a forma de entrevistas gravadas em formato electrónico, através de um gravador de voz com ligação ao computador.

Para se analisar e discutir os dados, escolheu-se como técnica a Análise de Conteúdo, onde “o texto é um meio de expressão do sujeito, onde o analista busca categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representem” (Caregnato & Mutti, 2006, p. 682).

Após a recolha dos dados procedeu-se à redução dos dados, de seguida à apresentação (organização) dos dados, e por último, a interpretação e verificação dos dados, assim como sugere Huberman & Miles (1984 *in* Hébert, Goyete & Boutin, 1990), com o modelo interactivo de análise. De acordo com os mesmos autores, a fase de redução dos dados caracteriza-se como “uma operação contínua que vai desde o momento em que é determinado um campo de observação até à fase em que se decide aplicar um sistema de codificação e proceder resumos” Huberman & Miles (1984 *cit in* Hébert, Goyete & Boutin, 1990, p. 109). Para se começar a reduzir os dados, transcreveu-se as entrevistas onde foi redigido um documento em computador com a cópia integral e fiel ao que foi dito, assim como sugere Guerra (2006). Posteriormente deu-se início às leituras das mesmas, por diversas vezes, e em seguida, identificou-se as unidades de base que correspondem a categorias Erickson (1986

in Hébert, Goyete & Boutin, 1990). Desta forma, recorreu-se à análise categorial que é uma análise temática, descritiva (Guerra, 2006) e que tem por objectivo desmembrar o texto em unidades, em categorias de acordo com reagrupamentos analógicos (Bardin, 1997). Das leituras surgiram novas temáticas (descritivas) e problemáticas (novas interpretações sobre o fenómeno). Como refere Guerra (2006), as entrevistas tiveram por base um quadro conceptual de problematização (tabela de especificações) e um guião, e por isso, a grande maioria das temáticas e problemáticas já estava identificada, sendo complementada com as subaquáticas que surgiram ao longo do discurso. De seguida, e de acordo com o mesmo autor, deu-se início às sinopses das entrevistas, onde se elaborou uma grelha, em que na horizontal constavam as grandes temáticas do guião, e onde se acrescentou os novos elementos produzidos pelas leituras.

Quanto à organização e apresentação dos dados, esta refere-se a numerosas operações que giram em torno do tratamento dos dados (Hébert, Goyete & Boutin, 1990). Para Huberman e Miles (1984 *cit in* Hébert, Goyete & Boutin, 1990, p. 118), o tratamento dos dados define-se como “a estruturação de um conjunto de informações que vai permitir tirar conclusões e tomar decisões”. Este processo teve por base, a categorização, que é a operação através do qual os dados são reduzidos e classificados, após terem emergido como pertinentes, por forma a reconfigurar o material em detrimentos dos objectivos da investigação (Esteves, 2006).

Por último, após os dados estarem reagrupados nas suas categorias, deu-se início à interpretação dos resultados e redacção das conclusões, para tal, elaborou-se um texto descritivo com recurso a fragmentos do texto das entrevistas transcritas. De acordo com Huberman e Miles (1984 *in* Hébert, Goyete & Boutin, 1990), esta fase tem como objectivos atribuir significados aos dados reduzidos e organizados e trata-se de extrair significados a partir de uma apresentação síntese dos dados pondo em evidência ocorrências regulares, explicações, tendências causais e proposições.

Capítulo III: Análise e discussão dos dados

3.1 Percepções sobre as práticas profissionais dos técnicos das Equipas de Adopção dos Açores

3.1.1 Tarefas que desempenham

As equipas dos Núcleos de Apoio à Adopção da Região Autónoma dos Açores são compostas por Psicólogos, Assistentes Sociais e Educadores de Infância. O seu trabalho decorre em equipa onde cada um contribui de forma diferente consoante a sua formação.

Das funções dos Psicólogos e Assistentes Sociais fazem parte: realizar as entrevistas informativas, prestar informação sobre a adopção no que concerne: a legislação, os procedimentos e instrumentos necessários, os requisitos básicos, a informação sobre as crianças que existem em situação de adoptabilidade, os diferentes tipos de adopção, os documentos necessários, um questionário individual e uma ficha de inscrição. Realizam também a avaliação dos candidatos à adopção. Nesta etapa o Psicólogo foca-se mais nas questões individuais e conjugais e o Assistente Social nas condições socioeconómicas dos candidatos, esta realiza-se através de testes, entrevistas e visitas domiciliárias, de onde resulta um relatório de avaliação psicológica e um relatório social. Das funções de ambos os técnicos fazem parte a recolha da informação das crianças em situação de adoptabilidade, junto de outras equipas técnicas, nomeadamente das Instituições de acolhimento. Prestam formação aos candidatos e trabalham em parceria com todas as equipas regionais e nacionais através da base de dados nacional. Nesta base devem introduzir informações relativas aos candidatos e crianças, para mais tarde poderem fazer o emparelhamento entre as crianças e famílias. Por último, após encontrarem uma família para determinada criança, fazem o acompanhamento do período de pré-adopção.

Nos Açores apenas uma das equipas tem uma Educadora de Infância, esta realiza um trabalho que se distancia um pouco dos outros membros, pois desempenha funções ao nível do desenvolvimento socioeducativo, ou seja, dá apoio a Instituições Particulares de Solidariedade Social, a Lares de Infância e Juventude, Centros de Acolhimento Temporário, Jardins de Infância, Ateliers de Tempos Livres e apoio às equipas de família e crianças e jovens.

“Temos que receber as candidaturas das pessoas que estejam interessadas em adoptar, inicialmente prestamos sempre formação a essas pessoas que estão interessadas, porque depois de realmente cumprirem os requisitos legais então é que podem avançar para as candidaturas, fazemos a avaliação dessas candidaturas que tem várias fases a nível de metodologia, entrevistas, fazemos sempre uma entrevista inicial em que o conjunto com o técnico de serviço social, será para avaliar um bocadinho

a motivação do projecto de adopção, há depois uma entrevista individual, se for um casal fazemos sempre, à partida, eu faço às pessoas do sexo feminino, e o colega faz às pessoas do sexo masculino. Fazemos também a aplicação de testes psicológicos e fazemos uma visita domiciliária. Com base em toda essa informação acabamos por fazer o relatório de avaliação psicológica e o relatório de avaliação social. Isto é ao nível da selecção e avaliação das candidaturas de adopção. (...)Por outro lado, a nível das crianças acabamos por receber hmmm os processos delas, uma decisão já do tribunal que uma criança irá para a adopção, aí temos que compilar toda a informação dessa criança, junto das instituições de acolhimento e em articulação com os colegas das equipas do serviço que dão apoio a estas instituições, fazemos a recolha de todo o processo da criança, que vai desde recolha dos documentos de identificação, relatório social, relatório psicológico, relatório médico, porque depois com base nesta informação é que vamos fazer a pesquisa de família para essa criança. Depois há aqui todo o trabalho de troca de informação com as outras equipas dos serviços de adopção, porque nós trabalhamos a nível nacional, com a questão das listas nacionais de adopção temos de fazer essa partilha e recebemos muitas situações do continente de pesquisas de família adoptiva e nós também fazemos estas pesquisas para o exterior.”

Psicóloga, 33 anos

“Como assistente social, faço de tudo um pouco, faço a parte do atendimento das pessoas que se dirigem à equipa de adopção para pedirem informações, as entrevistas informativas, a avaliação das candidaturas à adopção, hmm, faço também a avaliação da parte da situação das crianças quando estão em situação de adoptabilidade, a ver se todos os documentos estão... hmmm, em termos de saúde... todas as características da criança, fazemos também a ponte com a colegas das instituições onde estão as crianças, conhecemos as crianças, fazemos também a procura depois na altura do matching dos casais para as crianças, o acompanhamento da situação de pré-adopção, o acompanhamento na altura do conhecimento mútuo, antes ainda de pré-adopção, elaboração de informações, pareceres, relatórios, introdução de coisas na base de dados, de estatística, pronto... uma infinidade de coisas, formação de candidatos também, formação dos candidatos à adopção...”

Assistente Social, 46 anos

“Neste momento, hmmm, estou na equipa de adopção, hmmm, estou nos CAT e Lares, continuo a dar apoio às instituições que têm CAT e Lares e estou também no desenvolvimento socioeducativo, continuo também a dar apoio às instituições, creches, jardins-de-infância e ATLS, e quando há... e também estou a apoiar uma equipa de apoio à família, crianças e jovens, porque nós temos.... Hmmm colegas que são protocolados que vêm de instituições e também eu é que estou mais ou menos à frente, a dar apoio a essas técnicas quando têm que... hmmm... trabalhar com as crianças e com as famílias, com as crianças estão em risco nas famílias,”

Educadora de Infância, 45 anos

Constata-se assim que todos os técnicos das equipas dos Núcleos de Apoio à Adopção nos Açores desempenham tarefas com propósitos diferentes, mas complementares, têm o mesmo tipo de critérios que guiam o seu trabalho e vão ao encontro do que foi descrito no estudo de Oliveira (2008, p.122) “Estudos de candidaturas, entrevistas, visitas domiciliárias, elaborações de relatórios, integrações das crianças, acompanhamento em período de pré-adopção, são apenas alguns dos muitos afazeres destas Técnicas”.

3.1.2 Diversidade/Multiplicidade de tarefas

No seguimento das funções dos técnicos, os mesmos foram questionados acerca da diversidade do seu trabalho. Todos os técnicos consideraram ter bastante diversidade e multiplicidade de tarefas. Os Psicólogos consideraram que o seu trabalho é bastante diverso e não é nada monótono. Há um que refere haver picos de trabalho variáveis, mas que a multiplicidade é imensa!

“Sim, sim, sim... Não! Não é monótono.”

Psicóloga, 33 anos

“ (...) é muito variável, há alturas em que estamos a acompanhar vários períodos pré-adopção, estamos a preparar uma criança ou várias crianças para serem enquadradas num contexto familiar, há alturas em que estamos a dar formação no período em que estão a aguardar ao mesmo tempo que estamos a fazer as outras coisas, por isso sim, a multiplicidade de tarefas é imensa, os picos de trabalho é que são muito variáveis, ou seja, não é sempre com a mesma cadência, há períodos variáveis entre tranquilos e outros de grande intensidade.”

Psicólogo, 30 anos

Quanto às Assistentes Sociais, estas também consideram o seu trabalho bastante diversificado, apesar de ser focado na mesma área de infância e juventude, no entanto afirmam não ser nada monótono, pois têm de trabalhar com crianças, candidatos, instituições, o que acaba por ser bastante variado. Uma das Assistentes Sociais refere também haver picos de trabalho, assim como o Psicólogo supramencionado, esta opinião similar deve-se ao facto de trabalharem na mesma equipa. A mesma opinião partilha a Educadora de Infância, referindo que apesar de ser na mesma área tem bastantes vertentes.

“Tem... acabamos por ter várias tarefas, mas também às vezes o trabalho acaba por ser um bocadinho, hmmm, há alturas em que... em que temos menos situações ou de crianças que estamos a

acompanhar, ou até menos casais, menos candidaturas, e depois de vez em quando há alturas em que realmente o “boom” do trabalho parece, (...)”

Assistente Social, 30 anos

“É! Não é monótono! Há uma diversidade de coisas, que... tanto... tanto... tanto tratamos com crianças, como com adultos, como com instituições, temos que digamos ser quase que múltiplos... é intenso...”

Assistente Social, 46 anos

“Acabam por ser, apesar de tudo na mesma área, na área de infância e juventude, acabam por ser, porque quando eu estou nas creches e jardins-de-infância e ATLS, eu tenho uma legislação para aplicar, para utilizar no meu dia-a-dia e mesmo os pareceres, ou as reuniões que tenho de preparar são completamente diferentes. Quando estou na adopção também há uma legislação que tem de ser aplicada e que também, que diverge de toda a restante, apesar de serem sempre crianças e jovens há diversidade de trabalho... (...) Nós tínhamos equipas especializadas, neste momento já estamos outra vez... (risos) mais polivalentes, portanto.... Hmmmm, mas a verdade é essa, que embora eu trabalhe na área da infância e juventude acaba por ser em várias vertentes, e então o que é que acontece? Acontece que se tem de ser tipo bombeira, apagar fogos, onde é mais urgente trabalhar”

Educadora de Infância, 45 anos

Uma vez mais, estes dados vão ao encontro do que foi encontrado por Clara (2008) que afirma que as assistentes sociais das equipas de adopção têm uma grande multiplicidade de tarefas burocráticas e consumidoras de tempo, assim como grande intensidade emocional, física e intelectual, como se pode ver no que a baixo se descreve.

3.1.3 Intensidade Emocional, Física e Intelectual no trabalho

Nesta secção, os Psicólogos encaram o seu trabalho como muito intenso emocionalmente, em detrimento da parte física. Uma refere ser emocionalmente estimulante e positivo, outro emocionalmente desgastante. Uma refere ser intenso, quer pela área em si, quer pelo facto de trabalhar em diversas áreas ao mesmo tempo. No entanto, há uma psicóloga que refere que há períodos emocionais mais intensos, mas dentro da normalidade das áreas sociais. Dois Psicólogos referiram que a experiência e maturidade têm sido factores bastante úteis para conseguirem lidar melhor com as situações.

“A nível emocional, também com os anos de serviço e com a nossa maturidade também vamos conseguindo lidar melhor com as situações... é um trabalho muito estimulante e muito positivo do ponto de vista emocional porque nós acabamos por ter a parte mais positiva do trabalho de segurança social que é... Que é perspectivar que estas crianças vão ter uma família, vão ter um futuro e nós vemos muito a alegria dessas crianças quando colocamos na família (...) Claro que também há as situações que nos colocam mais em baixo, quando não conseguimos pais para determinadas crianças, aquelas que são mais velhinhas, que têm irmãos, que têm problemas de saúde, essas nunca... nunca... acabamos por não conseguir respostas, também acaba por ser frustrante nesse sentido”

Psicóloga, 33 anos

“hmm, hmm, do ponto de vista físico é tranquilo, porque é mais a questão emocional que é muito desgastante e depois reflecte-se na vertente física. Do ponto de vista emocional, a experiência também nos tem vindo a trazer para um ponto em que nos desgasta menos, ou eu sinto que me desgasta menos que no início, porque a partir do momento em que se lida com situações cujo projecto de vida passa pela integração num novo contexto, quer dizer que estas crianças foram retiradas do seu contexto de origem, ou seja, há esse lado todo do contexto de origem, da família biológica que é realmente muito intenso, agora a maturidade que vamos adquirindo, a nossa experiência ao longo do tempo, permite-nos demarcar-nos sem no fundo nos distanciarmos (...) Agora essa parte dos candidatos lidamos com candidatos que chegam até nós com problemas de infertilidade, hmmm, com o impacto que isso tem depois na conjugalidade, com o impacto que tem no seu autoconceito, em tudo, chegam até nós fragilizados, muitas vezes também temos um trabalho reparador e isso é desgastante, um trabalho reparador antes de seguirmos para a próxima etapa, mas posso dizer que é emocionalmente intenso”

Psicólogo, 30 anos

As três Assistentes Sociais estão de acordo no que se refere à intensidade emocional do seu trabalho, mencionam que por ser um trabalho com pessoas acabam por se envolver e uma diz ser muito gratificante. Quanto à parte física, duas dizem ser normal, e uma diz que é cansativo, mesmo que nem sempre se dê conta. A nível intelectual relatam ser exigente, pois querem sempre se manter actualizadas e acompanhar as mudanças.

Um factor interessante mencionado por um Psicólogo e uma Assistente Social é que apesar de referirem não ser um trabalho exigente fisicamente, por haver intensidade emocional, esta vertente pode reflectir-se na parte física.

“É muito intenso, é muito intenso de facto... hmmm, é isso mesmo, acaba às vezes por ser físico e a gente não dá conta, mas de facto a parte emocional é mais intensa, nós não somos seres sem sentimentos, e envolvemo-nos sempre e acho muito importante envolvermo-nos, não concordo nada

com a ideia de estarmos tábua rasa e manter a distância porque somos técnicos, acho pelo contrário, técnicos já somos, já temos a formação, temos essa obrigação, agora também temos que nos envolver se não, não percebemos bem as coisas, eu acho...”

Assistente Social, 36 anos

“hmmm, emocional acho que acaba por ser muito gratificante, hmm principalmente quando nós vemos aquelas crianças que já estão há alguns anos nas instituições e que finalmente encontram um pai e uma mãe (...)a nível físico não acho que seja... acho normal, não há assim qualquer tipo de desgaste e o outro era a nível intelectual, é assim, eu acho que a nível intelectual tem as suas exigências, mas também, por isso é que nós também achamos importante, as formações que vão havendo e também, e de nós irmos mantendo actualizados e haver também uma procura e uma pesquisa de nós próprios nesse sentido, porque acho que é importante também mantermo-nos sempre actualizados e acompanhar as mudanças que vão havendo, e acho que isso é importante, e é importante que haja também esse trabalho, que seja feito.”

Assistente Social, 30 anos

Por último, a Educadora de Infância refere que emocionalmente é muito compensador, mas a nível físico e intelectual não considera ser muito intenso.

“A nível emocional é muito satisfatório na adopção, na adopção principalmente porque quando nós vemos que há crianças que estão numa instituição, apesar de estarem bem tratadas, vemos a aproximação, hmmm, a empatia entre uma criança e uma família e vemos que aquela família está deliciada e a própria criança também cria aqueles laços com aquela família, nós ficamos mesmo emocionados, eu às vezes fico arrepiada”

Educadora de Infância, 45 anos

3.1.4 Influência dos Percursos Pessoais nas Práticas Profissionais

Dos quatro Psicólogos entrevistados, todos consideram que os seus percursos pessoais, de carreira e de formação influenciam a sua prática profissional. Têm consciência que os valores e aprendizagens familiares são importantes e que actualmente as suas posturas são diferentes das do início da carreira devido à experiência. Uma Psicóloga relatou que o facto de ter sido mãe entretanto a ajuda a perceber a situação da criança. Outro afirma que tudo o que é adquirido durante o percurso académico é enquadrado numa base de valores que não cai em branco, como se pode observar nos discursos a baixo relatados.

“Eu acho que sim, porque nós ao longo da nossa vida vamos adquirindo mais experiência profissional, contactamos com pessoas diferentes, também temos acesso a mais formação, portanto, acho que de certa forma também influencia não é?”

Psicóloga, 49 anos

“Sem dúvida. Hmm, antes de mais, tudo aquilo que nós adquirimos na universidade, todo o percurso académico que se faz é todo inserido numa base, não é, não cai em branco, numa base de valores, de aprendizagens familiares, que nos permitem depois dar uso aquilo que nós aprendemos, a forma como a sensibilidade, o próprio senso comum que muitas vezes nestas coisas, também tem muito que se lhe diga, acho que determinam, e é isso que determina depois no fundo um profissional de qualidade superior de um mediano, não é só o que adquirimos e enquadrámos em branco, mas sim, que se adquire enquadrado num conjunto de experiências passadas, aprendizagens passadas, que depois nos permitem fazer um uso diferente das ferramentas, é assim que eu sinto...”

Psicólogo, 30 anos

As Assistentes Sociais, na mesma óptica dos Psicólogos também creem que todo o percurso profissional e pessoal influencia as suas práticas. Os anos de trabalho e as diversas experiências em diferentes áreas permitem agora olhar para as situações de forma diferente e também ajudam a fazer melhores avaliações do que no início da carreira. Duas afirmam que as aprendizagens familiares, os valores e a educação influenciam e apenas uma refere que não tanto, apenas acredita que toda a sua carreira vai evoluindo com a experiência e formações.

“Sim. Tudo isso também influencia, evidente que também nos deixa mais maduros e mais capazes de... de ver as situações com... com outra forma de ver... quando no início de carreira, estamos todos muito verdes, e eu acho que os anos de trabalho e mesmo em termos pessoais, familiares também nos dão umas bagagem e uma capacidade de avaliar melhor as situações...”

Assistente Social, 46 anos

“Acho que sim. Eu acho que, eu acho que influencia. Acho, que por exemplo, que a experiência que eu tive, eu antes de estar a trabalhar aqui na equipa de adopção, acompanhava famílias beneficiárias do RSI e assisti um bocadinho à outra parte, já chegaram até nós, até à equipa, crianças vindas desses mesmos agregados, ou que eu cheguei à criança enquanto fazia parte da própria família e acho que acaba por ajudar, porque acho que tenho a sorte, nesse sentido, de ter visto o contexto em que criança estava ou o meio de onde ela veio e isso acho que acaba por ajudar e por conseguir ver a situação de outra forma, acho que sim, acho que acaba por ser uma mais-valia neste aspecto, do que nós só lermos os relatórios que chegam até nós... sim, eu acho que sim, eu acho que também, que mesmo até, claro que nós ao relacionarmos com estas crianças, ao trabalharmos com estes casais, claro

que aprendemos que estudamos para isso, mas também que a família, a educação dada pelos meus pais, a família, os valores que me foram transmitidos acho que também são importantes e que também me influenciam como pessoa e na relação com estas crianças e com estes casais, acho que sim...”

Assistente Social, 30 anos

A educadora de Infância apenas afirma que toda a experiência profissional passada influencia as práticas actuais, pois permite-lhe reflectir e melhorar certos aspectos.

“Claro, claro que sim! Toda a experiência que eu tive para trás ajuda-me imenso no trabalho que eu tenho hoje em dia, não só a nível a nível de legislação, mas também a experiência, porque se eu não pudesse usar a minha experiência não estava a reflectir no trabalho que fui fazendo e para tentar alterar algumas coisas e mudar o que eu acho que não está bem, e nesse sentido sim... tenho utilizado... toda a minha experiência tem sido muito importante para o trabalho que eu vou realizando no dia-a-dia e cada vez que eu faço uma coisa, eu sei que amanhã poderei fazer de outra forma, melhor...”

Educadores de Infância, 45 anos

Os dados deste estudo, quanto à percepção que os participantes têm relativamente à influência dos seus percursos pessoais consideram-se em conformidade com Oliveira (2008, p. 126) onde “A maioria assume que há influência da vida familiar passada e presente no modo como encaram os desafios profissionais diários”, assim como, vão ao encontro dos dados do estudo de Pedroso & Gomes (2002) que declara que há uma maioria de respostas assumindo a influência e que esta influência é entendida como positiva na maioria dos casos, como as mulheres que dizem que a maternidade as tornou mais sensíveis ou aqueles que admitem que a formação de base dada pelos pais lhes deu as ferramentas necessárias para exercer a profissão.

Também o factor anos de trabalho relatado pelos entrevistados como facto para estarem mais despertos e melhor avaliarem as situações está em consonância com o estudo de Oliveira (2008), em que concluiu que os entrevistados com mais tempo de carreira revelaram-se mais sensibilizados para as questões das crianças e jovens em risco e da adopção, explicando isto com uma maior experiência para detectar situações de perigo e para não adiar tanto as decisões.

No que concerne à experiência profissional, apesar de apenas duas referirem ter trabalhado em diferentes áreas e a grande maioria, apesar de não ser sempre na adopção, ter trabalhado em áreas semelhantes, como a de promoção e protecção de crianças ou infância e juventude, todos valorizaram os seus percursos como positivos para a sua prática actual, o que contradiz o que encontrou Oliveira (2008, p.128) que concluiu que “uma minoria de

entrevistados mencionou os seus percursos profissionais como determinantes para a sua prática diária”.

De um modo geral, as questões iniciais da entrevista relacionadas com a percepção que os entrevistados tinham sobre a sua prática profissional até foram bastantes similares. Pôde-se constatar que todas as equipas trabalham de modo igualitário no que respeita aos procedimentos do processo de adopção, podendo isto, dever-se ao facto de praticamente quase todos os membros referirem ter frequentado uma Pós-Graduação sobre a Adopção da Universidade do Minho que homogeneizou o processo, tanto ao nível das práticas, como dos instrumentos. Quanto à intensidade e diversidade de tarefas, as respostas também foram bastante uniformes, que por sua vez, reflectem bastante a similaridade de tarefas que os entrevistados desempenham.

3.2 Percepções sobre o processo de adopção

3.2.1 Adopção enquanto medida de protecção

Quando questionados se concordavam com a adopção como medida de protecção, as respostas dos sujeitos foram 100% unânimes ao dizer que sim. Entretanto, quando interrogados acerca da adopção como a melhor medida de protecção, a resposta inicial “Depende da situação” foi também unânime. No entanto, duas Psicólogas consideram que primeiro se deve intervir junto da família biológica (nuclear ou alargada) e que não se deve passar logo para a adopção. Outros dois Psicólogos, curiosamente da mesma equipa, referem a adopção como a melhor resposta em alternativa a uma instituição, ou a uma família que não se consegue reestruturar. Apesar de não ser tão explícito, deduz-se e confirma-se posteriormente, que também para estes dois Psicólogos a adopção é uma resposta de final da linha, isto é, é uma resposta muito boa, mas que primeiro se deve explorar as outras alternativas. Quanto às Assistentes Sociais, uma refere que a adopção é a última instância, quando não há mais alternativas, que primeiro se deve intervir junto da família biológica (nuclear ou alargada), ou confiar a guarda do menor a uma pessoa idónea cuja criança mantém relação, e sem opções, é que se deverá passar à adopção. As outras duas são mais imparciais, e referem que a melhor medida de protecção a uma criança é um contexto familiar, quer seja o biológico, caso reúna condições, quer seja o adoptivo. Numa linha de pensamento semelhante às anteriores, a Educadora de Infância diz que para a criança o melhor seria a família biológica, mas quando isso não é possível, a adopção será sempre uma boa resposta.

“Ora bem, a adoção sem dúvida, em algumas situações é a melhor resposta, agora em abstrato muitas vezes, a permanência na família é a melhor, ainda que... a família alargada ou... não junto dos pais, possa ser uma resposta mais adequada, que se efectivamente houver uma relação significativa com um elemento familiar, cuja essa pessoa possa providenciar os cuidados à criança, não vamos retirá-la de um contexto que ela já conhece e se sente bem, não vamos quebrar o vínculo familiar, se houver essa possibilidade. Agora que acho que a adoção é um recomeço, um novo início, uma nova partida, é fabuloso!”

Psicólogo, 30 anos

“Dependendo de cada situação e de quem aplica a medida, a CPCJ ou o Tribunal, irá ver a situação da criança e ver qual será a melhor medida, mas as que privilegiam a situação de uma medida junto da família, ou da biológica, ou da adoptiva são sempre as melhores!”

Assistente Social, 46 anos

“Eu acho que a adoção é uma resposta, hmmm, e portanto é necessária para algumas crianças. Pois lá está, isto depende de caso para caso, para mim a melhor medida era mesmo as crianças ficarem com as suas famílias biológicas, mas quando não é possível a adoção está lá e existe para isso mesmo.”

Educadora de Infância, 45 anos

Uma vez mais, estes resultados estão conforme os encontrados por Oliveira (2008), onde a opinião dos seus sujeitos, assim como aqui, “São reveladoras de algum pensamento de natureza biológica e de prevalência dos laços de sangue” (p.138), do mesmo modo que “as Assistentes Sociais são na sua maioria mais favoráveis à medida, não deixa de ser curioso que existam respondentes que, sendo a adoção o seu campo de trabalho diário, consideram a medida como último recurso” (p.139). De qualquer modo, assim como no presente estudo, Oliveira (2008) apurou que “todas elegem a adoção como a melhor opção alternativa à falta da família biológica” (p.84).

3.2.2 Prioridade de Integração da criança em risco

Aproveitando o rumo das respostas dos sujeitos, mais à frente foi-lhes questionado qual seria a medida que deveria ter prioridade na integração da criança, se a reunificação com a família biológica, se a adoção ou a institucionalização?

As respostas foram 100% homogêneas no que se refere à prioridade de integração da criança em risco, isto é, foram no sentido de que primeiro se deve intervir junto da família biológica nuclear para que possa ocorrer uma possível reunificação. Não havendo esta possibilidade, a família alargada é uma boa opção caso seja próxima e possa providenciar os recursos necessários, caso contrário, a adoção é sempre a melhor alternativa. A institucionalização é considerada uma medida a usar em último recurso, sendo no entanto encarada como necessária em tempo intermédio, enquanto não se encontra uma resposta, acarretando mais danos para a criança.

“Como já disse acho que primeiro deve-se intervencionar a família biológica, hmm, e a institucionalização deve ser o último recurso. Entre a família alargada e a adoptante eu em relação à família alargada, às vezes tenho algumas dúvidas, depende muito se é uma família alargada, mas que está próxima, que já prestava suporte familiar, tudo bem... agora se é uma família alargada que está longe, que a criança mal conhece e que vamos procurar esses, então vamos dar uns pais, não é? E vamos optar por uma família adoptante!”

Psicóloga, 35 anos

“hmmm, para mim a prioritária tem de ser sempre uma família, ou a sua família biológica ou então a adopção. É assim, em termos legais, há a prevalência da família biológica e tem que se dar recursos para que ela se possa reorganizar para receber novamente o seu membro, na eventualidade de isso não acontecer então é que... hmmm, será a adopção, eu ai concordo!”

Assistente Social, 46 anos

“Eu acho que deve ter sempre a família biológica, agora lá está, temos que ver as condições que esta família garante à criança. Num primeiro momento, para mim, será sempre a família biológica, depois a família alargada e posteriormente a família adoptiva. Hmmm, para mim será estas etapas, tendo sempre em consideração as condições que a família poderá dar à criança!”

Educadora de Infância, 45 anos

A concordância de respostas em relação à recuperação da família biológica parece também estar associada ao facto de que na lei este é um requisito obrigatório. De acordo com Sottomayor (2007 in Oliveira, 2008, p.134) “a questão aqui parece ser uma cultura judiciária centrada na família biológica, prevalecendo a fantasia da recuperação”. Também em consonância com os participantes de Oliveira (2008, p.133), “ainda há uma propensão para se defender a busca de soluções dentro da família alargada, alegando o direito daquela criança se manter junto da família biológica”. Por último, quanto à questão da institucionalização, há

conformidade com o estudo de Oliveira (2008), que concluiu que a instituição é sempre o pior lugar para se estar. Do mesmo modo, que se a família biológica não se conseguir reabilitar e receber a criança, a adopção será sempre a melhor resposta que se segue.

3.2.3 Legislação

Relativamente às concepções que os técnicos têm sobre a estabilidade ou mudança das leis, a grande maioria sente que a lei não é estática e sofre alterações quando necessário, à excepção de dois participantes, que sentem que é estática, mas referem ter conhecimento das alterações, só que estas ocorreram anteriormente ao início da sua carreira na adopção.

Quanto à adaptação da actual legislação à realidade e às grandes mudanças efectuadas pela última vez em 2003, os Psicólogos de um modo geral referem que as alterações procuraram agilizar o processo, foram muito positivas, bem concebidas e dão resposta às necessidades da adopção e da realidade. Referem também, que Portugal é dos países Europeus mais avançados em termos de legislação.

Quanto às alterações mais proeminentes, os técnicos mencionaram que foram introduzidas algumas medidas, a nível dos prazos; ao nível do acompanhamento às famílias adoptivas (por exemplo, houve uma redução do período que os serviços têm que acompanhar a fase de integração da criança, isto é, o período pré adopção foi reduzido para 6 meses); e ao nível do interesse dos pais pela criança (por exemplo, quando uma criança está institucionalizada, se durante três meses, for manifesto o desinteresse dos pais por essa criança, já se pode avançar para o encaminhamento para a adopção). Os processos de adopção passaram a ter carácter urgente; a lei dos adoptantes foi alargada em termos de idade; as medidas de promoção e protecção da criança vieram definir que é possível a adopção (antes só havia confiança judicial ou administrativa); o organismo que selecciona os candidatos agora é obrigado a cada 18 meses perguntar se as pessoas continuam interessadas e a lei passou a prever uma base nacional de dados que reúne toda a informação quer dos candidatos, quer das crianças.

As Assistentes Sociais, assim como os Psicólogos, referem que a nova lei é muito positiva, elaborada, eficiente e adaptada à realidade. Além de algumas alterações supramencionadas referem também como muito positivo, o superior interesse da criança estar sempre em primeiro lugar; a introdução da medida de promoção e protecção no âmbito do processo de promoção e protecção a confiança a pessoa seleccionada para a adopção; a criança ser confiada com vista a adopção, a partir das 6 semanas de vida, mesmo quando não

esteja estabelecida a paternidade ou maternidade, deixa de ser necessário guardar 6 meses; o período de pré-adopção que antes era de um ano passou para seis meses e a nível do regime das visitas dos pais às crianças em instituição, de se passar a avaliar a qualidade das visitas e não só a quantidade. Uma das Assistentes Sociais afirma ainda que há uma questão que deveria ser alvo de revisão urgentemente, sendo esta a estrutura/organização das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Risco. Esta entrevistada refere que as Comissões têm muito a ver com as forças da comunidade e concorda que as pessoas da comunidade sejam envolvidas para se discutirem os casos, mas como recursos ou parceiros, cabendo aos técnicos a intervenção e decisão final, o que não se verifica actualmente.

A Educadora de Infância opina no sentido de que a legislação tem tentado adaptar-se à realidade, e que está feita de modo a que os técnicos possam ter alguma liberdade nos processos de adopção. Relata que as alterações vieram garantir uma maior organização a nível dos processos de adopção, nomeadamente, com a constituição da base de dados nacional e também acredita que além da organização dos serviços de adopção, houve maior planificação na formação dos técnicos.

“Tem sofrido alterações. Tivemos alterações em 93, em 98, mais recente é a de 2003, portanto estática não é. As últimas alterações tiveram essencialmente a ver com a procura de agilizar o processo da adopção, que era considerado ainda moroso em termos do tempo que demorava a concluir o processo, e foram introduzidas algumas medidas, a nível dos prazos, a nível do acompanhamento, por exemplo, houve uma redução do período que os serviços têm que acompanhar a fase de integração da criança, o período pré adopção foi reduzido para 6 meses, os processos de adopção passaram a ter carácter urgente, a lei dos adoptantes também foi alargada, em termos de idade, uma pessoa com mais de 50 anos, desde que não tenha mais de 60, também a lei já prevê que em determinadas situações possa adoptar, o consentimento prévio para a adopção também tem carácter de prejudicialidade também se tiver e decorrer uma averiguação oficiosa de paternidade, e são assim essencialmente, há uma também por acaso muito importante que tem a ver com o prazo que foi estabelecido, se por acaso, vamos supor que uma criança está institucionalizada, se durante três meses, for manifesto o desinteresse dos pais por essa criança, também já podemos avançar para o encaminhamento para a adopção, portanto, digamos que é considerado a partir dos três meses, os riscos de estar comprometidos os vínculos de filiação biológicos, já é suficiente. Porque muitas vezes, podiam estar vários meses sem visitar as crianças, depois ainda era possível, agora não, passados três meses, por exemplo se houver uma pais que não visitem, nem nenhum familiar da família alargada visitar a crianças durante 3 meses, é de certa forma considerado que há um desinteresse manifesto, um abandono e poderá propor-se a criança para ser encaminhada para a adopção.”

Psicóloga, 49 anos

De um modo geral, os técnicos revelam-se bastante satisfeitos com a actual lei, referindo que as últimas alterações foram bastante benéficas e adaptadas à realidade. Apenas os dois técnicos que têm menos tempo de experiência, na área adopção, sentiram que a lei é estática, porque as alterações são anteriores ao seu início. Quanto à Lei de 2003, os técnicos sentem-na como bastante positiva, elaborada, adaptada e até das mais avançadas na Europa, assim como no estudo de Oliveira (2008). Um dos pontos mais positivos que estes técnicos consideraram, assim como os técnicos entrevistados por Oliveira (2008) foi a confiança da criança a pessoa idónea com vista a futura adopção. Ao contrário do estudo de Oliveira (2008), os técnicos consideraram seis meses tempo suficiente para avaliação do período de pré-adopção, e ressaltaram que a lei prevê que se pode prolongar, caso os mesmos achem necessário.

3.2.4 Avaliação dos candidatos à adopção

Na avaliação dos candidatos à adopção, uma vez mais, participam os Psicólogos e Assistentes Sociais. Inicialmente os dois fazem uma entrevista informativa que dá a informação ao casal ou pessoa singular do que é a adopção e informa dos requisitos que necessitam para serem candidatos à adopção. Depois de se inscreverem e de reunirem toda a documentação e todos os requisitos estarem preenchidos inicia-se o período de avaliação. A avaliação do casal é psicossocial, onde o Psicólogo se preocupa com as questões individuais, conjugais e familiares e o Assistente Social com o lado socioeconómico da questão. Ambos pretendem avaliar o ajustamento do projecto de adopção e a tomada de decisão. Procuram caracterizar as motivações do casal ou da pessoa singular que se está a candidatar, os processos de decisão, os modelos de parentalidade, as condições futuras para o exercício dessa parentalidade e o posicionamento da família e da comunidade relativamente ao projecto de adopção, pretendem ainda conhecer as causas das pessoas se candidatarem à adopção, o tipo de características de pretensão da criança a adoptar e o que conhecem sobre a adopção.

Os Psicólogos referem avaliar: a história das relações familiares; a sua história de vida pessoal, relacionada com a procura de identificação de factores de risco e protecção; estratégias educativas parentais da família de origem; relação actual com a família de origem; a situação laboral; o estilo de vida, se há consumo de drogas ou não, se há existência de problemas de psicopatologia na família. Para isso utilizam alguns questionários como: BSI ou SL90, que procura aferir a presença de psicopatologia; o inventário de comportamento interpessoal, o ICI breve, que avalia dimensões do comportamento interpessoal, como a

agressividade e assertividade; Questionário de hábitos e estilos de vida, que tem a ver com hábitos de saúde ao nível de nutrição, actividade física, consumo de substâncias, hábitos como ir ao médico, ou seja, questões de saúde; Escala de ajustamento conjugal adaptada ou Índice de Satisfação Marital; e as escalas ligadas à violência conjugal, o IVC, que procura avaliar a qualidade da relação marital, do ponto de vista da satisfação, da coesão, no caso dos casais; Escala de suporte social; Escala de crenças sobre punição física, que pretende avaliar algumas concepções sobre as práticas educativas parentais, nomeadamente o grau de tolerância ou aceitação face ao uso da violência física, enquanto estratégia disciplinar; utilizam também o Inventário de práticas educativas só para casais com filhos, que procura aferir as práticas educativas e as concepções deles relativamente à adequação e inadequação de determinadas práticas, a tolerância ao uso de práticas abusivas físicas e a nível emocional. Também utilizam um questionário de comportamentos da criança, o CBCL, e têm alguns testes de personalidade, onde procuram aferir algumas características dos candidatos. Sendo isto uma matriz orientadora, não quer dizer que não apliquem outras provas, dependendo do que aferirem das entrevistas. Um dos Psicólogos afirma que continuam a utilizar os testes que foram fornecidos durante o curso em Braga realizado com todas as equipas do país.

Quanto às Assistentes Sociais, como já foi referido anteriormente, em conjunto com os Psicólogos, também procuram a história, o funcionamento, o percurso familiar, escolar e profissional dos candidatos; as suas motivações; as características do sistema familiar; a história da relação do casal; a comunicação entre eles; a relação com a família alargada; o apoio social, as redes de suporte social, formal e informal; a ocupação dos tempos livres; o projecto de adopção; a motivação; a reacção da família; o perfil da criança por eles desejada, em termos etários, de sexo, de raça e de problemas de saúde; as expectativas em relação à adopção, em termos do que é que eles pensam da revelação à criança da situação de ser adoptada e o receio que eles terão desta revelação. Depois mais focados para a situação socioeconómica do casal procuram averiguar as condições sociais, habitacionais e económicas. Afirmam não aplicar testes, apenas utilizam a entrevista social.

Por último ambos realizam uma visita domiciliária a fim de averiguar as condições habitacionais.

A educadora de Infância não realiza a parte da avaliação.

“Na primeira fase, antes de se iniciar a avaliação em si, pelo menos dois elementos da equipa fazem uma avaliação informativa, a nível de explicar um bocadinho o processo de adopção, a documentação que é necessária, damos às vezes também alguns números a nível das crianças que se encontram na nossa realidade, no nosso contexto, depois então no fim, se realmente o casal ou o

candidato singular avançar para a candidatura, nós fazemos primeiro uma entrevista social, depois nessa entrevista social, têm a ver normalmente com a pretensão que os candidatos, hmmm, querem... com algumas características da família, da sua própria situação socioeconómica, relações com a família alargada, depois a segunda entrevista é então psicológica, os colegas é que a fazem e a aplicação dos respectivos testes. A terceira fazemos em conjunto em que há uma visita domiciliária e é feita uma entrevista que tem normalmente a ver com a dinâmica familiar e com as condições habitacionais.”

Assistente Social, 30 anos

3.2.5 Selecção de crianças/ lógica de atribuição de uma família

À questão “Como é feita a selecção das crianças para determinado casal?”, todos os respondentes ressaltaram que não é feita a selecção das crianças para um casal, mas sim o contrário, ou seja, é sempre escolhida uma família para uma criança. Também a resposta foi unânime, 100% dos entrevistados responderam que o emparelhamento entre a criança e a família é sempre realizado de acordo com as características da criança, em função também, das pretensões dos candidatos, ou seja, a possível família adoptante idealiza uma criança, mas é de acordo com as características da criança que os técnicos vão procurar uma família que responda às necessidades da mesma. Outro critério que também têm em conta é a antiguidade de inscrição na lista nacional de espera, isto é, daqueles que poderão dar melhor resposta a uma determinada criança, são os mais antigos que serão os seleccionados.

Uma vez mais, a Educadora de Infância não faz parte desse processo.

“Tem muita a ver... nós centramo-nos sempre nas características da criança, naquilo que a criança precisa e buscamos um casal que terá, que mostrou as idealizações correspondentes aquela criança em concreto ok? (...) Portanto tem muito a ver com isso, o casal idealiza uma criança de determinada idade, com determinada etnia, sem problemas de saúde ou com problemas de saúde, que se enquadra ou não enquadra, depois disso é atendendo também, é isto, atendendo também à lista, cujo casal se posiciona na base de dados... As características da criança e o casal é escolhido pela idealização que fez... portanto, o que prevalece é sempre as características da criança, a criança é que define o casal que se escolhe...”

Assistente Social, 36 anos

“O que nós fazemos é procuramos conciliar a pretensão dos candidatos com as características da criança que temos, procuramos respeitar a ordem de antiguidade, mas acima de tudo, procurar uma família que ofereça as melhores condições para responder às necessidades daquela criança, depois há vários outros factores que podem ser ponderados, também pode ser ponderado, por exemplo, as expectativas que a criança tem relativamente a essa família adoptiva e como é que ela idealiza essa

família, também depende da idade das crianças, depois há outros factores que também poderão entrar em linha de conta.”

Psicóloga, 49 anos

3.2.6 Penalização para famílias que devolvem crianças

Ao invés do que foi dito por alguns sujeitos do estudo de Oliveira (2008) acerca das penalizações para famílias que devolvem uma criança, no presente estudo todos os participantes apontaram não haver a necessidade desse tipo de medida. Duas Psicólogas afirmaram que geralmente quando isso acontece os candidatos não se voltam a inscrever. Os técnicos consideraram que se isso acontecer, os casos devem ser revistos, reavaliados e ponderados, a fim de se perceber o que se passou e se continuam motivados para o processo. Mencionaram também que isto é uma experiência traumática tanto para a criança, como para o casal, e só por si, já é uma grande penalização. Ressalva-se, ainda, o facto de dois técnicos, um de Psicologia e outro de Serviço Social, alertarem que isto depende da situação, ou seja, o técnico de Psicologia afirma que se for no período de pré-adopção, este é um período de experimentação e por isso não deve haver penalizações, se for depois de decretado a adopção, já é considerado um abandono e já poderá haver uma penalização. O de Serviço social refere que cada caso é um caso e que se não houver uma justificação plausível para o ocorrido poder-se-ia apontar uma penalização, mas não sabe de que tipo.

Curiosamente três dos sujeitos ressaltaram que até o facto de isso acontecer, pode ser por “culpa” dos técnicos que não perceberam na fase de observação que o emparelhamento não estava a correr bem, ou falharam na fase de avaliação, sendo que esta avaliação é uma predição para o futuro e nunca se atingirá a perfeição.

“(…) Eu tenho a certeza, pelo menos pela minha experiência, que também para os candidatos é uma experiência traumática, não só para a crianças, mas para eles, por isso não sei se vale a pena haver mais penalizações para eles...”

Educadora de Infância, 45 anos

“Normalmente quando há uma devolução, felizmente tem sido raro, na altura é reapreciada a situação. Portanto o que é que levou realmente a essa devolução, e também como isso é vivenciado pelos candidatos, normalmente as situações são reapreciadas e vai depender de caso a caso. Penalização no sentido que essa pessoa não se possa voltar a inscrever? Não! Poderá voltar a inscrever-se para fazer uma adopção. Depois caberá aos serviços reavaliar a situação na altura e ver... muitas vezes também não querem voltar. Eu penso que não deverá ser à partida vedado essa possibilidade não

é? Porque as pessoas também... há múltiplas alterações nas nossas vidas e pessoais, e também não devem ficar excluídas logo à partida"

Psicóloga, 49 anos

"É assim penalizados... Eu acho que ficam todos, principalmente as crianças ficam penalizadas. E eu acredito que não é uma situação muito boa, e não fazem as coisas de ânimo leve. Quando isso acontece, eu acho que os casais também ficam um pouco penalizados, é evidente que as crianças é mais uma ruptura, ficam muito mais penalizadas, mais marcadas, mais uma rotura que elas vão ter na sua vida, na sua história... Agora eu penso que... não acredito que seja necessário uma penalização, eu acho que eles também já ficam penalizados, eles têm é que reflectir sobre o que se passou..."

Assistente Social, 46 anos

3.2.7 Preferência na tipologia da família adoptante

Quanto à preferência por determinada tipologia de família, três dos Psicólogos aludem que não existe qualquer tipo de diferença ou discriminação, pela família com matrimónio ou união de facto. No geral, os quatro Psicólogos apontam as características da criança como o factor a ter em conta na escolha da família. Alguns dão o exemplo de que tendencialmente os bebés vão para casais e as crianças mais velhas para singulares. Três dos Psicólogos indicam os casais como preferenciais por ser o modelo de família tradicional, tanto pela parentalidade de um pai e uma mãe, como para a sociedade, como até para as crianças que já passaram por esta experiência na família biológica.

Maioritariamente as Assistente Sociais revelam-se mais imparciais no que diz respeito à tipologia das famílias. Uma aponta que para si tem mais a ver com as características da pessoas, como dar amor e carinho, estar motivada e ter capacidade para enfrentar obstáculos. Outra menciona que não tem preferência por certas tipologias, depende muito da situação de cada criança, muitas vezes das idealizações que a criança faz de uma família. Por último, a terceira técnica diz que tanto singulares, como casais, poderão ser óptimos tipos de família, mas entre uma singular muito boa e um casal muito bom, as suas preferências vão para um casal, justificando essa escolha com o modelo tradicional de família.

Já para a técnica de Educação de Infância, esta revela ser o casal a sua escolha preferencial, pois acredita que dois elementos garantem melhores condições a uma criança.

"Pois é assim.... Isto é a minha opinião, porque a legislação não faz diferença entre singulares e casais... ok é que na minha opinião um casal que foi seleccionado à partida garante as condições normais de uma família a uma criança. Até porque sabemos que as famílias monoparentais têm

limitações e têm maiores dificuldades, por isso nesse sentido, para mim os casais dão uma maior e melhor resposta às crianças!”

Educadora de Infância, 45 anos

“É assim, não há famílias ideais (risos) e depende sempre da situação de cada criança. hmm, e depende sempre das expectativas também que as crianças por vezes têm sobre o ter uma família, o que é uma família para elas. E muitas vezes, se calhar, pode acontecer uma pessoa singular ir responder até melhor a uma situação de uma criança do que um casal, depende das experiências, da história de vida, de cada situação da criança. Não posso lhe dizer se um é melhor que o outro, se o primeiro ou segundo, acho que depende sempre da situação e as características de vida da história da criança... não há uma preferência de ser um casal, casado ou não casado, ou uma pessoa singular. Em termos legais, isso também não está, porque estão em igual circunstância.”

Assistente Social, 46 anos

“Isso depende de cada criança, das suas características, da sua idade mas entre estarem casados e em união de facto, não vejo diferença nenhuma, nem é feita nenhuma discriminação nesse sentido. Em relação às candidaturas singulares, depende, se eu tiver uma criança muito pequenina, vou procurar ver se é possível arranjar um casal, mas isso também depende das características da própria pessoa, e também da situação em concreto que temos, mas à partida para uma criança muito pequena, damos preferências a casais, é um facto.”

Psicóloga, 49 anos

Os dados que aqui se apresentam, também seguem muito a linha de pensamento de um outro estudo de Oliveira (2011), onde esta concluiu que apesar de existir uma grande ocorrência de respostas nas quais o casal é mais perfeito que outra forma de família, nem sempre foi o casal a resposta preferencial das assistentes sociais. Entretanto, no mesmo estudo, as respostas foram no sentido da escolha do casal heterossexual, por ser o modelo tradicional da família composto por uma mãe e por um pai.

3.2.8 Bloqueios ao processo de adopção

O maior e mais frequente bloqueio que 100% dos participantes apontam como sendo aquele que afecta a celeridade do processo, anterior mesmo ao processo de adopção em si, é a definição do projecto de vida da criança. Os candidatos relatam que se passam anos até que seja decretado que a criança vai para a adopção, isto é, fazem-se avaliações e reavaliações das famílias biológicas, intervenções sobre intervenções, depois novas avaliações da família

alargada, novas oportunidades, e todos estes procedimentos vão-se perdendo no tempo enquanto as crianças crescem. Com o avançar da idade, outro bloqueio presente indicado por todos, é a pretensão dos candidatos que converge toda no mesmo sentido, ou seja, as características das crianças, como por exemplo, crianças mais novas, sem problemas de saúde, sem irmãos, entre outros. As Assistentes Sociais, apesar de alertarem para os bloqueios supramencionados, também referem que dentro da definição do projecto de vida, ainda existe a mentalidade de que a família biológica é a melhor e que o corte com essa família é difícil, mencionando que não se cumpre e “esticam-se” os prazos para recuperação da família biológica. Também referem que não existe ainda medidas alternativas de protecção para crianças mais velhas a não ser a instituição.

No entanto, muitos técnicos dizem já haver evoluções, nos tribunais ou nas equipas que intervêm no processo anterior ao da adopção, no sentido de se ver a adopção como uma medida eficaz e de se quebrar o conceito de permanência na família biológica sempre.

“ (...) eu falo quando há crianças há muitos anos... que vão ficando em instituição, porque.... Ou porque estão a ter processo na Comissão, ou porque tem processo no Tribunal e o Tribunal.... Lá está vão dando oportunidades aos pais, por vezes, e porque até a criança estar na instituição é até, porque os pais até a visitam, mas continuam a não ter condições para que ela volte para casa, e isso aí é um bloqueio, um bloqueio muito grande, porque a idade vai avançado, e porque realmente chega-se a uma certa idade e os candidatos já não querem uma criança a partir dos 9, 10 anos, já é muito mais complicado (...)”

Educadora de Infância, 45 anos

“Em termos do processo em si, eu penso que não. Em termos da situação da criança, da definição do projecto de vida da criança para a adopção é que eu penso que deveria se calhar ser mais célere, porque quando... hmmm... a situação da criança demora muito tempo digamos a ser avaliada em termos de definição do projecto de vida adopção, eu penso que este processo aqui atrás é que às vezes demora mais tempo, e as crianças já com idades mais avançadas e com mais dificuldades em termos de nós encontrarmos casais disponíveis para adoptar essas crianças... (...)”

Assistente social, 46 anos

“Como já disse há bocado, julgo que será muito na fase inicial, hmmm, de definição de qual será o projecto de vida de uma criança, imaginado que há uma abertura de um processo de protecção, que a criança é colocada em instituição até se definir que aquela criança vai para a adopção, muitas vezes demora 1, 2, 3 anos, e aí o que nós sentimos, perde muitas vezes oportunidades, porque ela pode entrar com 2 anos, vai-se fazer toda a avaliação da família biológica, da família alargada, que trabalha-se a família para que a criança regresse, depois deste trabalho as equipas envolvidas, consideram que não há

condições, a criança continua na instituição, e... e avança-se para a medida de adopção, a criança entretanto já tem 5 anos, já não... nós vamos ver que depois a nível das respostas também já não serão tao favoráveis quanto a criança se tivesse logo 2 ou 3 anos. (...)"

Psicóloga, 33 anos

De acordo, com Oliveira (2008) o mesmo tipo de bloqueios foram encontrados e muitos outros foram apontados como: a definição do projecto de vida, a necessidade de uniformização da linguagem, os pais biológicos, os candidatos exigentes, as mentalidades de quem aplica as leis, formação deficitária dos técnicos, informações erróneas que a comunicação social transmite, a quantidade de processos por técnico, as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, hipóteses a mais dadas à família biológica e os decisores que se identificam mais com os adultos do que com as crianças. Pedroso e Gomes (2002) também apontam bloqueios de ordem cultural como o corte com a família biológica, baseados em testemunhos de técnicos que referem que os serviços do tribunal esgotam as possibilidades para que não se perca o laço biológico.

Como se pode constatar, diversos bloqueios foram eleitos por diversos estudos, no entanto, os sujeitos da presente investigação apenas referiram como mais penalizadores para as crianças a definição do seu projecto de vida e a pretensão dos candidatos. Bastantes afirmaram, que após ser decretada a adoptabilidade da criança, o processo é muito mais célere, pois compete-lhes fazer a pesquisa na base de dados e encontrar a melhor resposta para determinada criança, o que é fácil, pois existe muitos mais candidatos do que crianças a adoptar.

3.2.9 Soluções práticas para os bloqueios ao processo de adopção

Quanto às soluções avançadas pelos técnicos para os bloqueios de processo, estas foram bastante diversificadas. Dois dos Psicólogos apontam que se deveria fazer maior sensibilização das situações com menor probabilidade de adopção junto dos candidatos e da comunidade. Uma refere que os prazos deveriam ser cumpridos. E outra expõe a necessidade de se dar urgência/ prioridade aos processos de promoção e protecção nos tribunais. Já as Assistentes Sociais, uma menciona não saber bem apontar soluções, pois esta é uma questão que já foi debatida com as chefias e não houve respostas, outra das técnicas aponta diversas propostas como maior formação dos magistrados, saber-se muito bem a lei de promoção e protecção, formação mais específica dos técnicos que trabalham na infância e uma mudança na estrutura das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Risco. A terceira técnica de

Serviço social, assim como um dos Psicólogos, menciona a necessidade de se cumprir com rigor os prazos previstos na lei. Por último, a Educadora de Infância alude à necessidade de se elaborar projectos bem delineados quer junto das crianças, quer junto das famílias, assim como um maior trabalho de parceria entre as equipas envolvidas na promoção e protecção de crianças.

“Lá está, muito maior formação dos magistrados e dos técnicos no âmbito da promoção e protecção mesmo! Saber-se muito bem a lei de promoção e protecção, o que é que se pretende com isto? O que é que é a protecção da criança? Uma formação muito específica destes técnicos todos que trabalham na infância e também dos magistrados... e eu acho que isso... e como mudança, as estruturas das comissões, já precisavam de mudar, eu acho que as comissões assim não funcionam!”

Assistente Social, 36 anos

“ (...) E então nesse sentido, acho que o projecto bem delineado, quer junto da criança, quer junto da família será importante para realmente comprovar que aquela família não vai dar resposta nunca aquela criança e aí, mas também era preciso que o tribunal estivesse desperto para também ouvir os técnicos, alguns estão e depende da sensibilidade de quem lá está, dos procuradores e dos juizes, portanto depende muito das pessoas e... mas acho que.. e a culpa também é nossa, porque por vezes quando trabalhamos com as instituições vemos que aquele projecto de vida daquela criança está a permanecer, está a ser deixado um bocadinho de lado e se nós andarmos em cima e ajudarmos a definir o projecto de vida, porque somos nós, mas também as Comissões, os técnicos que estão nas Comissões, e os técnicos das instituições, todos temos trabalhado para que seja bem definido e acho que se nós trabalharmos desta forma, pode ser que as coisas andem mais rápido, porque eu vejo, quanto maior organização houver, mais rápido também se fazem as coisas....”

Educadora de Infância, 45 anos

“ (...) Sinceramente, diria que teria de se calhar alguns prazos e... e se esta família não atingiu essas metas neste prazo, temos que avançar... e se calhar não dar segundas ou terceiras oportunidades como muita vez se dá... e crianças vão acabando por crescer nas instituições, se calhar do ponto de vista dos candidatos as pessoas que estão a aguardar respostas, fazer um bocadinho sensibilização, mas isso também nos já fazemos (...) mas este trabalho de sensibilização também é feito e se calhar temos que continuar a fazê-lo e se calhar mais incisivamente, mas lá está nos não podemos influenciar as decisões dos casais...”

Psicóloga, 33 anos

As soluções apontadas pelos técnicos das Equipas de Adopção dos Açores foram bastante diversas das encontradas no estudo de Webber (1998 in Oliveira, 2008) que foram:

recrutar os técnicos mais capazes para trabalhar na adopção, trabalhar na prevenção, cumprir prazos para a recuperação da família biológica, maior rapidez na definição dos projectos de vida, interação constante entre o sector privado e público, dar às crianças o direito de serem ouvidas, publicitar a adopção como qualquer outro produto de modo a banalizar esta nova forma de família perante a opinião pública e pensar em adultos próximos das crianças, mas sem laços de sangue, como possíveis candidatos à adopção.

No que concerne aos bloqueios, como às soluções, pode-se constatar que apesar de alguns técnicos alertarem para a evolução e melhoria dos serviços dos tribunais, ou para a justificação de que o trabalho das equipas com as famílias é muito difícil, dado as características das mesmas, pode-se induzir de alguma forma, que estes percebem os bloqueios apenas noutros serviços, é como se houvesse uma atribuição das causas a factores externos, assim como as soluções apontadas passam maioritariamente pela melhoria efectiva do trabalho dos outros. Alguns técnicos referem mesmo não haver bloqueios na fase do processo de adopção, sendo estes todos anteriores a esta fase.

3.4 Concepções das implicações positivas e negativas da adopção por casais homossexuais

Sendo esta uma questão que se ambiciona ser de grande relevo e interesse neste trabalho pretende-se que esta análise seja realizada de uma forma mais aprofundada e exaustiva.

No que diz respeito aos Psicólogos, estes focam aspectos maioritariamente homogéneos na enumeração de aspectos positivos e negativos. A primeira psicóloga afirma que ao nível do desenvolvimento e bem-estar não prevê nada de negativo. Quanto aos aspectos positivos afirma que passaria a haver um maior número de respostas, ou seja, o aumento da possibilidade de se proporcionar a uma criança uma família e considera que o fundamental é avaliar realmente se as pessoas têm as condições para poder receber uma criança ou não, com particular enfoque nas suas capacidades para assumir uma parentalidade. Quanto ao lado negativo da questão, esta julga estar relacionado com o estigma social que ainda existe na nossa sociedade que se possa referir a uma certa discriminação e preconceito relativamente a isso. A segunda Psicóloga, dentro dos mesmos parâmetros da primeira, menciona como positivo uma resposta favorável para as crianças, porque seria outra forma de família. Afirma ainda que se essas famílias tiverem muito amor para dar, se tiverem bons modelos parentais, se forem pessoas adequadas, considera que possa ser uma resposta positiva. Ainda ressalva que estas famílias poderiam ser mais abertas, mais flexíveis, quanto às características da criança a adoptar. Da mesma forma, a questão negativa pende para o

preconceito e estigma da sociedade, ou seja, do ponto de vista de integração da criança nos meios mais pequenos, ou a questão da discriminação dos próprios colegas de escola. Uma vez mais o Psicólogo aponta como positivo o aumento do número de respostas, afirmando que entre crescer numa instituição, ou crescer numa família, seja ela diferente do que se está habituado, só há vantagens em que a criança cresça com cuidados individualizados. Do mesmo modo, aponta o estigma social como negativo, pois estamos perante um modelo familiar que não é o tradicional, e por isso, as crianças poderão estar sujeitas a comentários ou olhares. Finalmente, a última psicóloga mostrou-se céptica a este tipo de família, pois invoca o modelo tradicional de pai e mãe como o ideal. Desta forma, considera como negativo a falta do modelo masculino e feminino. Não considera que traga grandes implicações positivas, nem que venha melhorar em muito a adopção das crianças. No entanto, finaliza a sua resposta, evidenciando que ainda tem alguma dificuldade nesta área, mas que se este tipo de medida vier a acontecer no futuro, terá de modificar a sua postura.

“hmm, hmm, uma implicação positiva, passamos a dispor de mais respostas, hmmm, sejam respostas diferentes, porque são, corta-se um bocadinho aquele modelo de família tradicional, estamos perante dois elementos do mesmo sexo, o que no fundo do ponto de vista das respostas, aumentamos as respostas e isso é positivo, em contra partida, ou crescer numa instituição, ou crescer numa família, seja ela diferente um bocadinho do que se está habituado, acho que há só vantagens em que a criança cresça com cuidados individualizados, com cuidados numa família que lhes possam proporcionar de forma mesmo muito individualizada aquilo que precisa... como implicações negativas, estamos a lidar com um modelo de família diferente, sabendo de antemão que há um preconceito ainda grande relativamente a esse tipo de relacionamento e como tal as crianças ao se integrarem numa escola ou noutros contextos de vida terão que ser preparadas para os olhares de fora e do preconceito que possa daqui surgir, e dos comentários que possam surgir e a criança tem de saber lidar com essa visibilidade para uma situação que elas não pediram. Agora se nós ponderarmos os ganhos que ela terá enquadrada num contexto familiar particular ainda que seja um bocadinho, volto a tocar na mesma tecla, seja distinto daquele que se conhece, ponderando as vantagens que retiram daqui em comparação com aquelas que teriam num contexto institucional, sem dúvida que eu acho que a balança pende para o lado da família homossexual, agora há todo um trabalho abrangente que terá que ocorrer, sabendo de antemão que só agora é que se começa a aceitar os casamentos, só agora começamos a assistir a uma comunidade aberta para este tipo de relação, hmmm, e estão a ser dados passos devagarinho, de maneira que enquadrar uma criança num contexto destes numa fase em que ainda se está a partir pedra, poderá ainda ser mais um factor aqui... um factor que pode gerar mais situações de acompanhamento.... Algum dia terá que ocorrer! E eu penso que aumenta-se as respostas, se um pai pode ser pai de forma singular, uma mãe pode ser, se aceitamos a candidatura singular de um homem, é porque se reconhece que um homem é capaz de providenciar os cuidados a uma criança e eu falando no caso dos homens, pensando numa casal

constituído por dois homens, não creio que a criança passe a estar em risco ou que passa a dispor de menos cuidados, ou de menos recursos do que um só pai... vejo a questão do preconceito e da comunidade em geral como o factor mais problemático... é a questão que eu dedicaria mais atenção, esta desconstrução destes preconceitos que é uma coisa tremenda, estamos a falar de anos e anos de existência humana e agora é que estamos a inverter esse modelo que já vem sendo reproduzido desde o início, não creio que seja pera doce...”

Psicólogo, 30 anos

Quanto às Assistente Sociais, a primeira refere mais uma vez como positivo o tipo de respostas que se poderiam proporcionar, porque pensa que este tipo de família até poderia ser mais aberto nas suas pretensões e serem mais receptivos a crianças de outras faixas etárias. Como negativo prevê o estigma e preconceito da sociedade, pois vê que a sociedade hoje em dia, ainda demonstra preconceito em relação à homossexualidade. A segunda técnica também percepçiona como positivo o facto de se proporcionar uma família, ou seja, viver em família é sempre melhor do que em acolhimento institucional. Ressalva a ideia de que este tipo de família terá de ser avaliada como as outras. Como negativo percepçiona o preconceito da sociedade, refere que tem de se trabalhar esses conceitos para que se normalizem estas questões e se possa viver sem discriminação. No entanto, julga que a sociedade está a evoluir nesse sentido. A última entrevistada de Serviço social, afirma ainda não ter uma opinião formada nestas questões, e que não tem bases para responder à pergunta, mas que pessoalmente não vê prejuízo para as crianças se esses casais forem avaliados nas suas competências parentais. Considera que esta situação ainda não é legal, por questões jurídicas e não por direitos humanos. Também acredita que o sistema social já está a mudar e prevê cada vez mais maior aceitação social. Afirma ainda que se os heterossexuais não interferem no tratamento de uma criança, não hão-de ser os homossexuais a fazê-lo, apenas devem ser avaliados como os outros.

“É assim, pois em Portugal ainda não é permitido... hmm, eu acho que a ser permitido terá que em termos da nossa sociedade, da nossa cultura, também haver uma alteração de conceitos, de... de hábitos, que normalizem estas questões para que todos consigamos viver em sociedade sem discriminação... É assim, em termos positivos o que eu visualizo é a integração numa família, que é sempre mais benéfico do que estar em situação de acolhimento institucional, e numa família que seja avaliada como as outras serão, não é verdade? Que tenha capacidades, que tenha afecto, que transmita segurança, é sempre mais benéfico a criança estar numa família do que estar numa instituição, num lar... Em termos negativos, para já eu acho que a sociedade ainda não está totalmente capaz de poder... aberta a este, pelo menos a nossa ainda... e haverá provavelmente alguma discriminação, e poderá

afectar os relacionamentos da criança com os outros pares muitas vezes, e isso é prejudicial, mas isso também é a minha visão... pode haver situações, e há, de pessoas que são casadas e que têm filhos biológicos e convivem... eu acho que há uma evolução, a sociedade está a evoluir, e eu acho que as coisas estão mais normalizadas nesse aspecto..."

Assistente Social, 46 anos

A Educadora de Infância acredita que este tipo de família pode ser uma resposta e que pode garantir as condições para educar uma criança, no entanto, como o padrão dito normal de família, é o tradicional de pai e mãe, pensa que pode haver preconceito por parte da sociedade e discriminação para a criança.

"É assim, os homossexuais são pessoas, e algumas têm condições para educar uma criança, agora a verdade é tal e qual à semelhança dos singulares e dos casais, que o que é que é mais normal para a nossa sociedade? É um casal heterossexual, não é? Eu acredito que um casal homossexual também possa garantir as condições para educar uma criança, mas integrados numa comunidade, vai trazer alguns dissabores, vai trazer algumas dificuldades para aquela criança, com certeza que vai... porque nós não estamos preparados para lidar com algumas das situações, mas não ponho de parte nada disso não é? Eu acho que eles poderiam dar resposta a algumas crianças, tal e qual como os outros, mas se eu tiver um casal heterossexual e um homossexual, eu vou garantir aquela criança primeiro dentro da normalidade, eu estou a ser muito sincera..."

Educadora de Infância, 45 anos

Os argumentos apontados pelos entrevistados vão muito ao encontro do que se lê na literatura. No que se refere ao argumento negativo apontado pela Psicóloga, que se estas crianças não têm o modelo de sexo masculino e feminino, este facto é potencialmente restritivo, Clarke (2001 *in* Matias, 2007), afirma ser um argumento minimalista, pois não tem em consideração a ecologia na formação do desenvolvimento da criança, isto é, as crianças não são apenas moldadas pelos pais, mas também socializadas por outros indivíduos de forma a construir o seu sexo e sexualidade. Este argumento também é corroborado pelos estudos de (Green, 1978; Green, Mandel, Hotvedt, Gray, & Smith, 1986; Kirkpatrick, Smith & Roy, 1981), que concluíram que as crianças filhas de homossexuais seguem o padrão esperado das restantes crianças. Resultados semelhantes foram encontrados, onde as crianças mencionam que estão felizes com o seu sexo e não desejam ser do sexo oposto (Golombok, Spencer, & Rutter, 1983).

Quanto às competências parentais deste tipo de família, Stacey & Biblarz (2001) referem que pais homossexuais tiveram níveis tão altos como os heterossexuais no que se

refere aos estilos parentais e investimento na criança. Níveis de aproximação e qualidade da relação pais/filhos não são diferenciados pela orientação sexual, ou seja, os estudos revelam que a orientação sexual, só por si, não tem efeito na qualidade das relações familiares, na saúde mental e no ajuste social. Os resultados ainda sugerem, que apesar das crianças sofrerem algum estigma, os comportamentos das mesmas mostram a presença de um processo compensatório por parte da família para ajudar a criança a lidar com este tipo de situações.

Realmente, no que diz respeito ao estigma, preconceito e discriminação da sociedade, alguns estudos apontam para o facto de estas crianças sofrerem este tipo de situação. Gershon, Tschann & Jemerin (1999) encontraram resultados que descreviam que filhos de mães lésbicas tinham uma auto-estima mais baixa em cinco áreas, como, aceitação social, auto-estima, conduta comportamental, aparência física e amizades. No entanto, eles lançaram a hipótese de que o facto destes adolescentes terem várias estratégias de *coping*, estas aligeiravam a relação entre o estigma e a auto-estima. Também Bos & Van Balen (2008; Vanfraussen *et al.*, 2002 *in* Biblarz & Savci, 2010) com estudos realizados na Holanda e Bélgica referiram que as crianças com mães lésbicas, mais provavelmente, são vítimas de homofobia acerca da sua constituição familiar ou da própria sexualidade, por vezes sobre a forma de exclusão e comentários dos pares, do que as crianças educadas por heterossexuais. Assim como, Gartrell *et al.*, (2005, 2006 *in* Biblarz & Savci, 2010, p.485) nos EUA concluíram que 43% de crianças com dez anos experienciaram provocações e ridicularizações em relação à orientação sexual das mães. Contudo no Reino Unido, Rivers, Poteat & Noret (2008 *in* Biblarz & Savci, 2010) não encontraram diferenças em relação a actos de *bullying* ou vitimização nos adolescentes cuja orientação sexual dos pais era diferente.

3.5 Aceitação da Adopção por casais homossexuais

Quanto ao grau de aceitação da adopção de crianças por casais homossexuais, apenas uma entrevistada afirmou não estar de acordo. Uns aceitaram totalmente e outros com algumas condicionantes.

Dos Psicólogos, a primeira afirma que enquanto funcionária da instituição não tem que ter opinião, mas em termos pessoais não tem nada contra. Afirma nunca ter-se dedicado ao estudo dessa problemática, mas do que tem conhecimento e porque já existe em outros países, não discorda. A segunda, uma vez mais, refere que em termos institucionais não pode afirmar isso, mas que a nível pessoal concorda, apesar de preferir ainda os modelos

tradicionais de família de pai e mãe, mas que não vê mal nesse tipo de família, porque podem muito bem ser funcionais, adequados e saudáveis e podem proporcionar um bom ambiente familiar. O Psicólogo, apesar de dizer que concorda, mostra-se muito reticente, afirmando concordar com muitos “ses”, porque ainda não aprofundou muito esta temática, diz não se sentir ainda muito confiante para avaliar esse tipo de família, também remete o modelo tradicional de família a que as crianças estão habituadas e as questões de género como factor a ter em conta. Entretanto, não acredita que uma família homossexual possa ser um factor de risco para as crianças. Justifica as suas reticências por não ter lido e aprofundado estas questões, mas como não tem conhecimento de algum estudo que prove que uma família homossexual constitua um factor de risco para uma criança, acredita que é muito mais protector um ambiente familiar, do que um ambiente institucional. Por último, afirma que se houver estudos que provem o contrário poderá mudar a sua opinião. Já a última Psicóloga, que não conseguiu visualizar aspectos positivos na adopção por casais homossexuais, afirma que só se não existir alternativa de adopção para a criança é que concorda com a adopção homossexual e justifica a sua posição com os modelos tradicionais de parentalidade.

As Assistentes Sociais demonstraram-se muito favoráveis a esta possível medida de protecção. A primeira aceitou incondicionalmente, pois acredita que tem mais a ver com as características dessas pessoas, com o ambiente familiar e com a satisfação das necessidades que possam vir a dar a essas crianças, do que propriamente com a orientação sexual. Afirma, que se estes forem avaliados em igualdade de circunstâncias com os candidatos heterossexuais e que se fossem pessoas carinhosas, empenhadas e com valores, acredita que seria uma resposta para muitas das crianças. A segunda técnica afirma que concorda, pois o único prejuízo para a criança será a sociedade, porque apesar de estar a ficar cada vez mais aberta à situação, ainda não está completamente aberta a esta ideia, e talvez por isso, as leis também ainda não mudaram. A última Assistente Social, mais imparcial, refere que não concorda, nem discorda. É a favor de tudo o que seja bom para a criança, que se a sociedade estiver disponível para aceitar sem preconceito e discriminação, concorda. Se houver preconceitos que afectem o desenvolvimento socio-relacional e emocional da criança, o caso deve ser bem ponderado.

A Educadora de Infância diz não ser contra, pois conhece uma situação de crianças que possivelmente são educadas por homossexuais e estas não apresentam qualquer tipo de problema. Afirma que os casais devem ser avaliados e que se deve ter em conta o perfil da criança e aquilo que ela necessita.

“Concordo! Concordo! Sim. Porque eu acho que acima de tudo, e o que eu também já tinha falado atrás, tem mais a ver com as características dessas pessoas e com o ambiente familiar e com a satisfação das necessidades que possam vir a dar a essas crianças, do que propriamente com a orientação sexual. E se realmente ao nível da avaliação que nós fazemos, se eles reunissem estas condições, e se fossem, pessoas carinhosas, empenhadas, com valores, como casais heterossexuais que também há alguns que não reúnem tanto estas condições, eu acho que sim! Acho que seria uma resposta para muitas dessas crianças.”

Assistente Social, 30 anos

“Sim! Risos... apesar de não poder dizer isso... Sim, sim, sim a nível pessoal, sim. Claro que não posso dizer que também não concorde mais com o modelo tradicional de família, mas lá está, isso tem a ver muito com os valores que nos foram transmitidos e incutidos e que se calhar cria-se e deseja-se sempre ter o modelo de família de um pai e de uma mãe, mas não vejo mal nesse tipo de família, porque podem muito bem ser funcionais, adequados e saudáveis e podem muito bem proporcionar um bom ambiente familiar...”

Psicóloga, 33 anos

Uma vez mais, estes resultados vão ao encontro dos que foram encontrados nos estudos de Costa & Perroni (2008), Gato, Fontaine & Carneiro (2010), Araújo *et al* (2007), onde o argumento de preconceito e discriminação da sociedade foi sempre um argumento presente. Neste estudo, apesar de só uma técnica invocar as questões de género como negativas para a criança, nos estudos acima supramencionados este argumento também está bastante presente. Por outro lado, os argumentos das técnicas que afirmaram que o mais importante é avaliar os casais, num patamar igualitário aos heterossexuais, de modo a averiguar se reúnem as condições necessárias para educar uma criança, também foi proferido pelos Psicólogos do estudo de Costa & Perroni (2008) quando afirmaram que mais importante do que a orientação sexual dos pais, para um desenvolvimento saudável da criança, é considerar o preparo desse casal para educar os filhos, ou seja, se existe espaço para essa criança em suas vidas, quais os seus valores, carácter, honestidade, quais os seus compromissos com a educação, saúde física e mental da criança; se as relações entre pais e a criança são permeadas por afecto; se existe a autoridade e disciplina dos pais; se estão sendo um modelo positivo para o seu desenvolvimento e se existe transparência na conjugalidade dos pais, sem mentiras ou segredos.

Apesar da maioria dos técnicos, à excepção de um, encontrarem argumentos bastante positivos na adopção de crianças por casais homossexuais, quando questionados acerca da sua concordância com a mesma, já se revelaram mais hesitantes. Consta-se que este facto prende-

se com o peso que o argumento negativo por eles apontado tem sobre a questão, isto é, o preconceito e discriminação da sociedade. Afinal estas crianças já sofreram tanto na vida, por não terem uma família, seria escusado virem a sofrer mais ainda, agora por terem uma. Assim, salta mais uma vez à tona a questão da mentalidade humana, não é prejudicial para uma criança ser educada por uma família homossexual, é sim negativo, o comportamento dos outros perante a situação. É preciso, deste modo, abrir mentalidades para que estas questões se normalizem, é preciso que as pessoas percebam que é sempre melhor dois pais ou duas mães, do que nenhum! Para isso é preciso que as pessoas tomem contacto com as situações e que se debatam estas questões para que a população adquira conhecimento e fique conscientes, que por ser diferente não é necessariamente mau!

Conclusões

Conclui-se que todos os técnicos das Equipas de Adopção nos Açores desempenham as suas tarefas conforme a sua especialidade, mas a favor de objectivos comuns, de acordo com os mesmos critérios. Regem-se por questionários, guiões, testes e entrevistas idênticos, facto este que se deve à obrigatoriedade de terem frequentado uma formação sobre a adopção em Braga que permitiu uniformizar o processo. Todos técnicos, além de se identificarem bastante com o seu trabalho, referiram que este é bastante diversificado, e por consequente, nada monótono. Consideram ter uma grande multiplicidade de tarefas, trabalhando ainda com diversos públicos. Foram notórias as percepções sobre as exigências do seu trabalho, consideraram ser um trabalho muito intenso a nível emocional, mas também muito gratificante, pois consideram-se privilegiados por ver a alegria das crianças quando conhecem a sua nova família. Ressalvaram também a ideia de sentirem a necessidade de se manterem sempre actualizados e, por isso, também serem intelectualmente exigentes. Mostraram ser pessoas reflexivas quanto à influência dos seus percursos da vida nas suas práticas profissionais, pois integram todas as suas experiências de modo a tirarem partido das mesmas e que estas tenham sentido, para poderem ser mais conscientes em qualquer tipo de decisão.

Quanto às percepções sobre o processo de adopção, como já foi dito anteriormente, os técnicos ao identificarem-se com o seu trabalho, também concordam a 100% com a adopção enquanto uma das medidas de protecção. No entanto, quanto ao facto de ser a melhor medida, unanimemente referiram que cada situação é uma situação e na sua óptica pessoal, isto é, a adopção é uma boa medida, mas não deve ser a de primeira instância, sendo esta, a recuperação da família biológica. Ao longo das entrevistas, pôde-se constatar, e relatado por muitos técnicos, que o modelo que têm de família é o modelo tradicional, e por isso, talvez, haja o desejo de recuperação dos laços de sangue. Entretanto, de um modo sensato, no que diz respeito à prioridade de integração de uma criança, todos os técnicos, uma vez mais, referem o desejo de se intervir junto da família biológica, dando-se uma oportunidade a esta para que se possam reunificar. No entanto, não sendo isto possível, permanecendo uma vez mais o factor biológico, referem a família alargada boa opção, quando próxima e com os recursos necessários. Sendo a adopção uma excelente alternativa quando as anteriores não são possíveis. É curioso, que apesar destes técnicos lidarem constantemente com candidatos desejosos de serem pais, e sendo a adopção a sua área fulcral de intervenção, estes considerem-na como última instância, tendo sempre em vista o superior interesse da criança, e pelo facto de muitas crianças já terem conhecido a sua família biológica, os técnicos de uma forma consciente referem que esta deve ter a oportunidade de ser recuperada, pois é

por esta que as crianças nutrem sentimentos e se identificam. E só depois de não haver esta hipótese, consideram óptimo uma nova família, pois acreditam ser um recomeço com imensas virtudes para as crianças.

Quanto às questões da legislação, curiosamente e apesar do senso comum referir imensas vezes que muitas leis em Portugal não são boas, aqui os técnicos referem a legislação portuguesa da adopção como muito boa e uma das mais avançadas da Europa. Sendo que sentem-na em mudança quando necessário e com alterações muito positivas e adequadas.

Relativamente à avaliação dos candidatos, pôde-se concluir que estas equipas são criteriosas e exigentes na procura de uma família. Estes técnicos detêm um poder decisivo e significativo na selecção das futuras famílias. Assim sendo, são estas equipas que têm maior conhecimento sobre os candidatos e as crianças, mas são as que têm menor controlo ou poder na decisão final, isto é, apesar de tomarem contacto directo tanto com as crianças, como com as famílias a adoptar, na prática são os tribunais, que de uma forma mais distante, ditam o futuro da criança, e mesmo que esse enverede pela adopção, é sempre o tribunal que tem a palavra final.

No que concerne ao emparelhamento entre a criança e uma família, todos os técnicos foram unânimes ao referir que é sempre a família que é seleccionada para a criança e nunca o contrário. Primeiramente são sempre tidas em conta as características da criança e só depois se procura uma família que melhor irá responder a tais características. Também ressaltaram sempre que outro dos critérios é a antiguidade na lista de espera, ou seja, de entre os que melhor irão responder às necessidades da criança, os mais antigos serão os seleccionados.

Quanto às penalizações para famílias que devolvem as crianças, os técnicos mostraram-se sensíveis a esta questão, tendo sido muito ponderados e reflexivos ao responderem que não concordam com tal medida, pois este facto já é muito penalizador para ambos os intervenientes, e que existe o período pré-adopção para se perceber se realmente existe vinculação entre as crianças e famílias, logo é legítimo que grandes decisões se tomem nesta altura.

Quanto à idealização da família para uma criança mais uma vez se viu presente o modelo tradicional de família, tanto pela educação dos técnicos, como pelo modelo que a sociedade tem presente. Apesar de as Assistentes Sociais mostrarem-se muito imparciais neste aspecto, ressaltando sempre o superior interesse da criança, os restantes técnicos acreditavam que dois elementos de sexo diferente providenciam melhor os cuidados que a criança necessita, sendo que a escolha recairia pelo pai e pela mãe, pois para além de muitas vezes já ser esse o modelo que a criança conhece, também é o mais favorável à sociedade.

Porque quem detém o poder de decidir o futuro da criança, como já foi mencionado, são os tribunais, e como a adopção só aparece como factor de última instância para a criança, os técnicos consideram que o maior bloqueio nos processos de protecção das crianças reside na definição dos projectos de vida por parte dos tribunais. Todos os participantes mostraram-se insatisfeitos com esta situação, salvaguardando mesmo que depois de ser decretada a adoptabilidade, o processo desenvolve-se muito rápido, pois basta encontrar uma família na lista nacional de dados, o que não é difícil, porque há mais candidatos do que crianças a adoptar. Pela falta de poder que lhes é atribuída, os técnicos mostraram-se insatisfeitos, pois referem que o tempo da criança, não é o dos adultos e passam demasiados anos a dar-se hipóteses à família de origem, enquanto a criança vai perdendo as suas oportunidades, visto que as exigências dos candidatos convergem no mesmo sentido, de crianças mais pequenas. Em contrapartida, e apesar de todos os técnicos concordarem com a intervenção na família para possível reunificação, os mesmos referem que soluções para este bloqueio passam por se cumprir com rigor os prazos estipulados na lei para esse processo, assim como, para as exigências dos candidatos nas suas pretensões, realizar de modo mais incisivo a sensibilização para a adopção das outras crianças.

Finalmente, as últimas questões foram surpreendentemente positivas, mas ao mesmo tempo curiosas. Quer-se com isto dizer, que à excepção de um técnico, todos conseguiram perceber implicações positivas na adopção de crianças por casais homossexuais, pois será sempre melhor crescer num ambiente familiar, mesmo que diferente, do que em contexto institucional. Por outro lado, o estigma e preconceito social foi o argumento negativo mais sonante. Tão sonante, que apesar de todos os argumentos positivos, este foi capaz de influenciar o grau de concordância dos técnicos em relação a esta questão. Os técnicos mostraram-se favoráveis, mas muito mais reticentes do que ao eleger os factores positivos e negativos, visto que o elemento sociedade, o factor estigma, tem um grande peso neste tipo de decisão. Assim pôde-se constatar que a partir de um olhar profissional, a adopção de crianças por casais homossexuais tem muitas vantagens, no entanto o problema persiste na mentalidade humana, e porque o ser humano deve viver em consonância com o seu contexto, pois é assim que é educado, tudo o que está à margem dos parâmetros daquilo que a sociedade dita é encarado como negativo. No entanto, e como foi referido por alguns técnicos, constata-se que a sociedade começa a evoluir num sentido mais favorável à homossexualidade, e espera-se que num futuro não muito distante estas questões sejam aceites e que novos rumos sejam destinados a estas crianças que se encontram também em desigualdade social.

De um modo geral, verificou-se ao longo da investigação que os técnicos das equipas de adopção dos Açores são pessoas interessadas, críticas, reflexivas, abertas e humanas, ao contrário da ideia de frieza e distância com que estes são percepcionados.

Por último, um elemento curioso retirado ao longo do trabalho de campo foi a homogeneidade de pensamento, traduzida por respostas bastante similares entre os participantes, julga-se que este acontecimento possa surgir devido ao facto de os técnicos estarem todos sujeitos às mesmas circunstâncias, e pela realidade ser muito semelhante. Como o contexto Açores é pequeno, surgem opiniões muito convergentes no mesmo sentido. Esta homogeneidade também poderá ser justificada pela formação relatada por alguns, aos quais todos foram obrigados a frequentar.

Em jeito de conclusão há que referir que este estudo apresenta algumas limitações, nomeadamente, ao nível da revisão bibliográfica e na recolha de dados. Quanto à revisão bibliográfica acerca das percepções sobre o processo de adopção, existem poucos estudos na área, e por isso, apenas poucos autores, foram referenciados, pois elegeu-se como os mais adequados para o trabalho que se pretendeu. Assim, Oliveira (2008, 2011) foi a autora seleccionada que serviu de base para esta investigação. Quanto à recolha de dados, o guião de entrevista, qualificou-se como semi-estruturado, mas ao longo do processo confinou-se às questões previamente estabelecidas, devido à inexperiência do entrevistador, e por ser, as questões mais proeminentes, às quais se procurava uma resposta.

Num futuro, seria interessante continuar a abordar o tema, mas com um público-alvo diferente, isto é, seria pertinente estudar as concepções das crianças em acolhimento institucional sobre esta nova forma de família ou analisar as representações dos técnicos dos tribunais de famílias e menores, sobre estas questões da homoparentalidade, visto serem os técnicos com mais poder na decisão de um processo.

Referências Bibliográficas

Adelman, M. (2000). *Paradoxos da identidade: a política de orientação sexual no século XX*. Revista de Sociologia e Política., 14, 163-171. ISSN 0104-4478. Retirado 15:34, Outubro 16, 2011 de (<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n14/a09n14.pdf>).

Alarcão, M.; Relvas. A. P. (2007). *Novas formas de família*. Coimbra: Quarteto.

Albuquerque, A. (2003). *A Homossexualidade*. Em Fonseca, L.; Soares, C.; Vaz, J. M.; *A Sexologia - perspectiva multidisciplinar* (Vol. 1, pp.361-382). Coimbra: Quarteto Editora.

Almeida, V.M., (1995). *Senhores de Si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século.

Araújo, L., Oliveira, J., Sousa, V., Castanha, A., (2007). *Adopção de crianças por casais homoafectivos: um estudo comparativo entre universitários de Direito e de Psicologia. Versão electrónica*. Psicologia & Sociedade; 19 (2): 95-102. Acedido em 27 de Julho de 2011, em (http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010271822007000200013&script=sci_arttext&tlng=en)

Bailey, J. M., Bobrow, D., Wolfe, M., & Mikach, S. (1995). *Sexual orientation of adult sons of gay fathers. Developmental Psychology*, 31, 124-129. Em Committe on Lesbian, Gay and Bisexual Concerns, Committe on Children, Youth and Families, Committe on Woman Psychology. *Lesbian and gay parenting*. American Psycological Association. Washington, DC. Versão electronica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, LDA .

Barrett, H., & Tasker, F. (2001). *Growing up with a gay parent: Views of 101 gay fathers on their sons' and daughters' experiences. Educational and Child Psychology*, 18, 62-77. Em Committe on Lesbian, Gay and Bisexual Concerns, Committe on Children, Youth and Families, Committe on Woman Psychology. *Lesbian and gay parenting* .American Psycological Association. Washington, DC. Versão electronica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

Biblarz, T., Savci, E. (2010). *Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Families*. Journal of Marriage and Family 72, 480-497. Retirado 15:00, Outubro 20, 2011 de (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/biblarz-savci.pdf>)

Bozett, F. W. (1987). *Children of gay fathers*. Em, F. W. Bozett (Ed.), *Gay and lesbian parents* (pp. 39-57). New York: Praeger. Em Committe on Lesbian, Gay and Bisexual Concerns, Committe on Children, Youth and Families, Committe on Woman Psicologia. *Lesbian and gay parenting*. American Psychological Association. Washington, DC. Versão electronica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

Bozett, F. W. (1980). *Gay fathers: How and why they disclose their homosexuality to their children*. *Family Relations*, 29, 173–179. Em Committe on Lesbian, Gay and Bisexual Concerns, Committe on Children, Youth and Families, Committe on Woman Psicologia. *Lesbian and gay parenting*. American Psychological Association. Washington, DC. Versão electronica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

Brewaeys, A., Ponjaert, I., Van Hall, E. V., & Golombok, S. (1997). *Donor insemination: Child development and family functioning in lesbian mother families*. *Human Reproduction*, 12, 1349-1359. Em Committe on Lesbian, Gay and Bisexual Concerns, Committe on Children, Youth and Families, Committe on Woman Psicologia. *Lesbian and gay parenting*. American Psychological Association. Washington, DC. Versão electronica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

Campos, N., & Costa, L. (2004). *A Subjectividade Presente no Estudo Psicossocial da Adopção*. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2004, 17(1), pp.95-104. Acedido em 22 de Outubro de 2012 (<http://www.scielo.br/pdf/prc/v17n1/22309.pdf>)

Caregnato, R.; & Mutti, R. (2006). *Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso versus Análise de Conteúdo*. *Texto & Contexto Enfermagem*, 15 (4), 679-684. Acedido em 5 de Setembro de 2012 de (<http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17.pdf>).

Chan, R. W., Brooks, R. C., Raboy, B., & Patterson, C. J. (1998a). *Division of labor among lesbian and heterosexual parents: Associations with children's adjustment*. *Journal of Family Psychology*, 12, 402–419. Em Committe on Lesbian, Gay and Bisexual Concerns, Committe on Children, Youth and Families, Committe on Woman Psicologia. *Lesbian and gay parenting*.

American Psychological Association. Washington, DC. Versão electrónica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

Chan, R. W., Raboy, B., & Patterson, C. J. (1998b). *Psychosocial adjustment among children conceived via donor insemination by lesbian and heterosexual mothers*. *Child Development*, 69, 443–457. Em Committee on Lesbian, Gay and Bisexual Concerns, Committee on Children, Youth and Families, Committee on Woman Psychology. *Lesbian and gay parenting*. American Psychological Association. Washington, DC. Versão electrónica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

Corraze, J., (1992). *A Homossexualidade*. Porto: Rés Editora.

Dinis, N. (2008). *Educação, relações de género e diversidade sexual*. *Educação e Sociedade*, 29 (103), 477-492. ISSN 0101-7330. Retirado 15:45, Outubro 16, 2011 de (<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n103/09.pdf>).

Esteves, M. (2006). Análise de Conteúdo. In J. A. Lima & J. A. Pacheco (Org.), *Fazer Investigação: Contributos para a Elaboração de Dissertações e Teses* (pp. 105 -126). Porto: Porto Editora.

Finkelhor, D., & Russell, D. (1984). *Women as perpetrators: Review of the evidence*. In D.Finkelhor (Ed.), *Child sexual abuse: New theory and research* (pp. 171–187). New York: Free Press. Em Committee on Lesbian, Gay and Bisexual Concerns, Committee on Children, Youth and Families, Committee on Woman Psychology. *Lesbian and gay parenting*. American Psychological Association. Washington, DC. Versão electrónica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

Fulcher, M., Chan, R. W., Raboy, B., & Patterson, C. J. (2002). *Contact with grandparents among children conceived via donor insemination by lesbian and heterosexual mothers*. *Parenting: Science and Practice*, 2, 61-76. Em Committee on Lesbian, Gay and Bisexual Concerns, Committee on Children, Youth and Families, Committee on Woman Psychology. *Lesbian and gay parenting*. American Psychological Association. Washington, DC. Versão electrónica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

Gartrell, N., Banks, A., Reed, N., Hamilton, J., Rodas, C., & Deck, A. (2000). *The National Lesbian Family Study: 3. Interviews with mothers of five-year-olds*. *American Journal of Orthopsychiatry*, 70(4), 542-548. Em Committee on Lesbian, Gay and Bisexual Concerns, Committee on Children, Youth and Families, Committee on Woman Psychology. *Lesbian and gay parenting*. American Psychological Association. Washington, DC. Versão electrónica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

Gartrell, N., Deck, A., Rodas, C., Peyser, H., & Banks, A. (2005). *The National Lesbian Family Study: 4. Interviews with the 10-year-old children*. *American Journal of Orthopsychiatry*, 75 (4), 518-524. Em Committee on Lesbian, Gay and Bisexual Concerns, Committee on Children, Youth and Families, Committee on Woman Psychology. *Lesbian and gay parenting*. American Psychological Association. Washington, DC. Versão electrónica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

Gato, J. C., Fontaine, A., C., Carneiro, N., S., (2010). *Percepção de futuros profissionais de áreas psicossociais sobre o desenvolvimento psicológico de crianças educadas em famílias homoparentais*. Em Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia. Universidade do Minho, Portugal, 4 a 6 de Fevereiro de 2010. Pp 1010-1023. Versão electrónica. Acedido em 4 de Agosto de 2011 em: (http://www.actassnip2010.com/conteudos/actas/PsiFam_3.pdf)

Gershon, T. D., Tschann, J. M., & Jemerin, J. M. (1999). *Stigmatization, self-esteem, and coping among the adolescent children of lesbian mothers*. *Journal of Adolescent Health*, 24, 437–445. Em Committee on Lesbian, Gay and Bisexual Concerns, Committee on Children, Youth and Families, Committee on Woman Psychology. *Lesbian and gay parenting*. American Psychological Association. Washington, DC. Versão electrónica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

Golombok, S., Spencer, A., & Rutter, M. (1983). *Children in lesbian and single-parent households: Psychosexual and psychiatric appraisal*. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 24, 551-572. Em Committee on Lesbian, Gay and Bisexual Concerns, Committee on Children, Youth and Families, Committee on Woman Psychology. *Lesbian and gay parenting*. American Psychological Association. Washington, DC. Versão electrónica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

Golombok, S., & Tasker, F. (1996). *Do parents influence the sexual orientation of their children? Findings from a longitudinal study of lesbian families*. *Developmental Psychology*, 32, 3-11. Em Committee on Lesbian, Gay and Bisexual Concerns, Committee on Children, Youth and

Families, Committee on Woman Psychology. *Lesbian and gay parenting*. American Psychological Association. Washington, DC. Versão electrónica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

Golombok, S., Tasker, F. L., & Murray, C. (1997). *Children raised in fatherless families from infancy: Family relationships and the socioemotional development of children of lesbian and single heterosexual mothers*. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 38, 783-791. Em Committee on Lesbian, Gay and Bisexual Concerns, Committee on Children, Youth and Families, Committee on Woman Psychology. *Lesbian and gay parenting*. American Psychological Association. Washington, DC. Versão electrónica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

Green, R. (1978). *Sexual identity of 37 children raised by homosexual or transsexual parents*. *American Journal of Psychiatry*, 135, 692-697. Em Committee on Lesbian, Gay and Bisexual Concerns, Committee on Children, Youth and Families, Committee on Woman Psychology. *Lesbian and gay parenting*. American Psychological Association. Washington, DC. Versão electrónica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

Green, R., Mandel, J. B., Hotvedt, M. E., Gray, J., & Smith, L. (1986). *Lesbian mothers and their children: A comparison with solo parent heterosexual mothers and their children*. *Archives of Sexual Behavior*, 7, 175-181. Em Committee on Lesbian, Gay and Bisexual Concerns, Committee on Children, Youth and Families, Committee on Woman Psychology. *Lesbian and gay parenting*. American Psychological Association. Washington, DC. Versão electrónica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

Green, R., Mandel, J. B., Hotvedt, M. E., Gray, J., & Smith, L. (1986). *Lesbian mothers and their children: A comparison with solo parent heterosexual mothers and their children*. *Archives of Sexual Behavior*, 7, 175-181. Em Committee on Lesbian, Gay and Bisexual Concerns, Committee on Children, Youth and Families, Committee on Woman Psychology. *Lesbian and gay parenting*. American Psychological Association. Washington, DC. Versão electrónica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

Groth, A. N., & Birnbaum, H. J. (1978). *Adult sexual orientation and attraction to underage persons*. *Archives of Sexual Behavior*, 7, 175-181. Em Committee on Lesbian, Gay and Bisexual Concerns, Committee on Children, Youth and Families, Committee on Woman Psychology. *Lesbian and gay parenting*. American Psychological Association. Washington, DC.

Versão electrónica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

Guerra, I. (2006). Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso. Estoril: Príncípa Editora.

Harris, M. B., & Turner, P. H. (1985/86). *Gay and lesbian parents*. *Journal of Homosexuality*, 12, 101–113. Em Committee on Lesbian, Gay and Bisexual Concerns, Committee on Children, Youth and Families, Committee on Woman Psychology. *Lesbian and gay parenting*. American Psychological Association. Washington, DC. Versão electrónica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

Hérbert, M., Goyete, G., & Boutin, G. (1990). *Investigação Qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget

Holanda, A. (2006). *Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica. Análise Psicológica*, 3(XXIV), 363-372. Acedido em 4 de Setembro de 2012 em (<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v24n3/v24n3a10.pdf>)

Huggins, S. L. (1989). *A comparative study of self-esteem of adolescent children of divorced lesbian mothers and divorced heterosexual mothers*. In F. W. Bozett (Ed.), *Homosexuality and the family* (pp. 123-135). New York: Harrington Park Press. Em Committee on Lesbian, Gay and Bisexual Concerns, Committee on Children, Youth and Families, Committee on Woman Psychology. *Lesbian and gay parenting*. American Psychological Association. Washington, DC. Versão electrónica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL, I.P., (2010). *Guia prático – adopção*. Gabinete de Comunicação. Versão electrónica. Acedido em 4 de Setembro de 2011 em (http://195.245.197.202/preview_documentos.asp?r=23291&m=PDF)

Jenny, C., Roesler, T. A., & Poyer, K. L. (1994). *Are children at risk for sexual abuse by homosexuals?* *Pediatrics*, 94, 41–44. Em Committee on Lesbian, Gay and Bisexual Concerns, Committee on Children, Youth and Families, Committee on Woman Psychology. *Lesbian and gay parenting*. American Psychological Association. Washington, DC. Versão electrónica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

Jones, B. M., & MacFarlane, K. (Eds.). (1980). *Sexual abuse of children: Selected readings*. Washington, DC: National Center on Child Abuse & Neglect. Em Committee on Lesbian, Gay and Bisexual Concerns, Committee on Children, Youth and Families, Committee on Woman Psychology. *Lesbian and gay parenting*. American Psychological Association. Washington, DC. Versão electrónica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

Johnson, S. M., & O'Connor, E. (2002). *The gay baby boom: The psychology of gay parenthood*. New York: New York University Press. Em Committee on Lesbian, Gay and Bisexual Concerns, Committee on Children, Youth and Families, Committee on Woman Psychology. *Lesbian and gay parenting*. American Psychological Association. Washington, DC. Versão electrónica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

Kirkpatrick, M., Smith, C., & Roy, R. (1981). *Lesbian mothers and their children: A comparative survey*. *American Journal of Orthopsychiatry*, 51, 545-551. Em Committee on Lesbian, Gay and Bisexual Concerns, Committee on Children, Youth and Families, Committee on Woman Psychology. *Lesbian and gay parenting*. American Psychological Association. Washington, DC. Versão electrónica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

Madlener, F., Dinis, N. (2007). *A homossexualidade e a perspectiva foucaultiana*. Revista do Departamento de Psicologia. Universidade Federal Fluminense, 19 (1), 49-60. ISSN 0104-8023. Acedido em 16 de Outubro de 2011 de (<http://www.scielo.br/pdf/rdpsi/v19n1/04.pdf>)

Matias, D. (2007). *Psicologia e Orientação Sexual: Realidades em Transformação*. *Análise Psicológica*, 1 (XXV), pp. 149-152. Versão electrónica. Acedido em 20 de Outubro de 2011 em (http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0870-82312007000100012&script=sci_arttext)

Mesquita, R, Duarte, F., (1996) *Dicionário de Psicologia*. Lisboa: Plátano Editora.

Money, J., & Ehrhardt, A. A. (1972). *Man and woman, boy and girl: The differentiation and dimorphism of gender identity from conception to maturity*. Baltimore: Johns Hopkins University Press. Em Committee on Lesbian, Gay and Bisexual Concerns, Committee on Children, Youth and Families, Committee on Woman Psychology. *Lesbian and gay parenting*. American

Psychological Association. Washington, DC. Versão electrónica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

Oliveira, C. (2011). *Representações dos decisores de adopção sobre a parentalidade biológica e a parentalidade socioafectiva*. Centro de Investigação e Estudos em Sociologia. ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa, p. 1-23. Versão electrónica. Acedido em 17 de Janeiro de 2012 em (<http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/2753>);

Oliveira, C. (2008). *Para além do sangue. Representações e práticas dos decisores de adopção*. Tese de Mestrado. ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa. Versão electrónica. Acedido em 17 de Janeiro de 2012 em (<http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/699>)

Patterson, C. J. (1994a). *Children of the lesbian baby boom: Behavioral adjustment, self-concepts, and sex-role identity*. In B. Greene & G. Herek (Eds.), *Contemporary perspectives on lesbian and gay psychology: Theory, research and application* (pp. 156-175). Beverly Hills, CA: Sage. Em Committee on Lesbian, Gay and Bisexual Concerns, Committee on Children, Youth and Families, Committee on Woman Psychology. *Lesbian and gay parenting*. American Psychological Association. Washington, DC. Versão electrónica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

Patterson, C. J. (1995a). *Families of the lesbian baby boom: Parents' division of labor and children's adjustment*. *Developmental Psychology*, 31, 115–123. Em Committee on Lesbian, Gay and Bisexual Concerns, Committee on Children, Youth and Families, Committee on Woman Psychology. *Lesbian and gay parenting*. American Psychological Association. Washington, DC. Versão electrónica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

Patterson, C. J., Hurt, S., & Mason, C. D. (1998). *Families of the lesbian baby boom: Children's contact with grandparents and other adults*. *American Journal of Orthopsychiatry*, 68, 390-399. Em Committee on Lesbian, Gay and Bisexual Concerns, Committee on Children, Youth and Families, Committee on Woman Psychology. *Lesbian and gay parenting*. American Psychological Association. Washington, DC. Versão electrónica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

Pedroso, J. & Gomes, C. (2002). *Uma Reforma da Justiça Civil em avaliação. A Adopção: os bloqueios de um processo administrativo e jurídico complexo*. Coimbra, Observatório

Permanente da Justiça Portuguesa. Acedido em 22 de Outubro de 2012 em (<http://www.adcl.org.pt/observatorio/pdf/AadopcaoemPortugal.pdf>)

Pennington, S. (1987). Children of lesbian mothers. In F. W. Bozett, (Ed.), *Gay and lesbian parents* (pp. 58–74). New York: Praeger. Em Committe on Lesbian, Gay and Bissexual Concerns, Committe on Children, Youth and Families, Committe on Woman Psicologia. *Lesbian and gay parenting*. American Psychological Association. Washington, DC. Versão electrónica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

Perroni, S., Costa, M. (2008). *Psicologia Clínica e Homoparentalidade: desafios contemporâneos*. Em oitava edição do Seminário Internacional "Fazendo Género: Corpo, Violência e Poder". Florianópolis, 25-28 de Agosto de 2008, Centro de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina, pp. 1-7. Versão electrónica. Acedido em 28 de Agosto de 2011 em (http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST46/Perroni-Costa_46.pdf)

Sarafino, E. P. (1979). An estimate of nationwide incidence of sexual offenses against children. *Child Welfare*, 58, 127–134. Em Committe on Lesbian, Gay and Bissexual Concerns, Committe on Children, Youth and Families, Committe on Woman Psicologia. *Lesbian and gay parenting*. American Psychological Association. Washington, DC. Versão electrónica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

Schettini, S., Amazonas, M., & Dias, C. (2006). *Famílias adoptivas: identidade e diferença*. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11, n. 2, p. 285-293. Acedido em 22 de Outubro de 2012 em (<http://www.scielo.br/pdf/%0D/pe/v11n2/v11n2a06.pdf>)

Schulenberg, J. (1985). *Gay parenting: A complete guide for gay men and lesbians with children*. New York: Anchor Books. Em Committe on Lesbian, Gay and Bissexual Concerns, Committe on Children, Youth and Families, Committe on Woman Psicologia. *Lesbian and gay parenting*. American Psychological Association. Washington, DC. Versão electrónica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

Stein, T. S. (1993). Overview of new developments in understanding homosexuality. *Review of Psychiatry*, 12, 9-40. Em Committe on Lesbian, Gay and Bissexual Concerns, Committe on Children, Youth and Families, Committe on Woman Psicologia. *Lesbian and gay parenting*. American Psychological Association. Washington, DC. Versão electrónica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

Tasker, F., & Golombok, S. (1997). *Growing up in a lesbian family*. New York: Guilford Press. Em Committee on Lesbian, Gay and Bisexual Concerns, Committee on Children, Youth and Families, Committee on Woman Psychology. *Lesbian and gay parenting*. American Psychological Association. Washington, DC. Versão electrónica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

Wainright, J. L., Russell, S. T., & Patterson, C. J. (2004). Psychosocial adjustment, school outcomes, and romantic relationships of adolescents with same-sex parents. *Child Development*, 75, 1886–1898. Em Committee on Lesbian, Gay and Bisexual Concerns, Committee on Children, Youth and Families, Committee on Woman Psychology. *Lesbian and gay parenting*. American Psychological Association. Washington, DC. Versão electrónica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

Wright, J. M. (1998). *Lesbian stepfamilies: An ethnography of love*. New York: Harrington Park Press. Em Committee on Lesbian, Gay and Bisexual Concerns, Committee on Children, Youth and Families, Committee on Woman Psychology. *Lesbian and gay parenting*. American Psychological Association. Washington, DC. Versão electrónica. Acedido em 30 de Outubro de 2011 (<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting-full.pdf>)

Anexos